

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH

ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA

NATÁLIA DA MATA VIEIRA

**A ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DA IMAGEM FOTOGRÁFICA SOB A ÓTICA DA
DIMENSÃO EXPRESSIVA**

RIO DE JANEIRO

2016

NATÁLIA DA MATA VIEIRA

**A ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DA IMAGEM FOTOGRÁFICA
SOB A ÓTICA DA DIMENSÃO EXPRESSIVA**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como exigência para
obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia da Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Ludmila dos Santos Guimarães.

RIO DE JANEIRO

2016

Ficha catalográfica

V658a

Vieira, Natália da Mata.

A Análise documentária da imagem fotográfica sob a ótica da dimensão expressiva / Natália da Mata Vieira. – Rio de Janeiro, 2016.

83 f.; 30 cm.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Ludmila dos Santos Guimarães.

1. Análise documentária. 2. Indexação de imagem fotográfica. 3. Resumo de conteúdo imagético. 4. Representação da imagem fotográfica. 5. Dimensão expressiva do conteúdo imagético. I. GUIMARÃES, Ludmila dos S. II. Título.

CDD 025.4

NATÁLIA DA MATA VIEIRA

A ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DA IMAGEM FOTOGRÁFICA SOB A ÓTICA DA
DIMENSÃO EXPRESSIVA

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como exigência para
obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia da Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em ____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ludmila Guimarães – Orientadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Míriam Gontijo Moraes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Claudia Bucceroni Guerra
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

Aborda as principais metodologias utilizadas no processo de análise documental imagética, tendo como foco o tratamento da imagem fotográfica. Expõe-se a sua singularidade diante das outras tipologias documentais para demonstrar a necessidade de um tratamento específico. Procura ressaltar que as imagens fotográficas são constituídas tanto de um conteúdo informacional quanto de uma dimensão expressiva, e por isso, a indexação não pode basear-se em apenas um dos aspectos. Trata das principais características que devem constituir o texto dos resumos de conteúdos imagéticos. Utiliza a grade de análise documental de imagens fotográficas para analisar uma amostra do acervo fotográfico do IBGE no que tange à aplicabilidade da dimensão expressiva fotográfica na indexação. Busca demonstrar a relevância dessa dimensão na recuperação da informação imagética e sua relação com a precisão.

Palavras-chave: Análise documental. Indexação de imagem fotográfica. Resumo de conteúdo imagético. Representação da imagem fotográfica. Dimensão expressiva do conteúdo imagético.

ABSTRACT

Approaches the main methodologies used in the process of Documentary Analysis of images, focusing on the treatment of the photographic image. Exposes its singularity before the other documentary typologies in order to demonstrate the need for a specific treatment. Seeks to emphasize that the photographic images are constituted as much of an informational content as of an expressive dimension, therefore, the indexation can't be based on just one of the aspects. Deals with the main characteristics that should constitute the text of summaries of image contents. Uses the photographic image documentary grid to analyze the sample of the IBGE photographic collection regarding the applicability of the expressive photographic dimension in the indexing. It looks for demonstrate the relevance of this dimension in the retrieval of image information and its relation to precision.

Keywords: Documentary analysis. Indexing of photographic image. Summary of image content. Representation of the photographic image. Expressive dimension of image content.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 - Teatro Municipal do Rio de Janeiro.....	53
Fotografia 2 - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	53
Fotografia 3 - Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio.....	54
Fotografia 4 - Colégio Estadual Castello Branco.....	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias para representação do conteúdo imagético	43
Quadro 2 - Atributos para análise da imagem propostos por Shatford (1986) em relação à teoria de Panofsky (1979)	45
Quadro 3 - <i>Quem, Onde, Quando</i> e <i>O que</i> sob a análise do DE genérico, DE específico e SOBRE.....	45
Quadro 4 - Varáveis da Dimensão Expressiva.....	48
Quadro 5 - Grade de análise documentária de imagens fotográficas	49
Quadro 6 - Categorias contempladas pelos descritores.....	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVO GERAL	10
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
1.3 JUSTIFICATIVA	10
1.4 METODOLOGIA.....	11
2 A DOCUMENTAÇÃO E SUAS TÉCNICAS	13
2.1 A ANÁLISE DOCUMENTÁRIA.....	17
2.2 INDEXAÇÃO	22
2.3 RESUMO.....	28
3 A ANÁLISE DOCUMENTÁRIA IMAGÉTICA	33
3.1 MÉTODOS DE ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DA IMAGEM FOTOGRÁFICA	37
3.2 ANÁLISE DAS CATEGORIAS DE ATRIBUIÇÃO DE ASSUNTO	43
3.3 A DIMENSÃO EXPRESSIVA	46
4 O ACERVO FOTOGRÁFICO DO IBGE	50
4.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS IMAGENS FOTOGRÁFICAS	50
4.2 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	51
CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE	63

1 INTRODUÇÃO

O conceito de “documento” não se limita a um certo tipo de suporte. Não importa se é em papel, se foi originado em meio virtual, ou até mesmo um vaso de cerâmica. Se a um objeto é atribuído algum valor informacional, esse já pode ser considerado um documento.

As imagens, quando analisadas do ponto de vista documentário, sejam elas obras de arte, recursos audiovisuais, fotografias, entre outras, emitem um conteúdo informacional. Embora dispense o método de leitura tradicional, pois diferentemente dos produtos textuais, não utilizam uma linguagem verbal, elas transmitem uma mensagem. Essa está além do que é visualmente observado no referente, isto é, no objeto focado. A transmissão da mensagem fotográfica baseia-se na justaposição de seu conteúdo informacional e sua dimensão expressiva.

A expressão fotográfica, ou dimensão expressiva como é designada por Manini (2002), consiste nos atributos técnicos da imagem, isto é, são as técnicas de produção da fotografia que incidem na transmissão do conteúdo informacional. Esse não existe por si só; é necessário captar a técnica utilizada para a constituição daquela imagem a fim de compreender sua mensagem.

Uma vez que a imagem fotográfica não é composta apenas por um conteúdo informacional, a metodologia apresentada neste trabalho refere-se a apropriação da dimensão expressiva fotográfica como componente essencial para indexação. Essa proposta não se baseia em que, no momento da busca, o usuário deva conhecer os termos técnicos de produção fotográfica. Mas ressalta que ao mencionar a dimensão expressiva como termo de indexação, os resultados obtidos no estágio da recuperação imagética serão otimizados.

Lacerda (1993) discute a respeito de uma das características fundamentais das fotografias, que é a sua natureza testemunhal. Com o advento da reprodução fotográfica, possibilitada pelo avanço tecnológico, esse caráter singular teve seu valor minimizado. Por isso, ao se referir ao meio digital, o termo “fotografia” passou a ser designado como “imagem fotográfica”.

Ao longo dos anos, diversos mecanismos para tratamentos de imagens foram desenvolvidos por diversos estudiosos. Neste trabalho utilizou-se a “grade de análise documentária de imagens fotográficas”, desenvolvida por Manini (2002), para a

análise e aplicabilidade da dimensão expressiva no tratamento de uma amostra de imagens fotográficas do acervo do IBGE. Essa grade amalgama as categorias propostas por Ginette Bléry, Sara Shatford e Johanna W. Smit. São elas: QUEM/O QUE genérico, QUEM/O QUE específico, ONDE genérico, ONDE específico, QUANDO genérico, QUANDO específico, e COMO genérico, COMO específico, SOBRE, e a dimensão expressiva, sendo essa última o foco deste trabalho.

1.1 OBJETIVO GERAL

De forma geral, o objetivo deste trabalho consiste em analisar a aplicabilidade da dimensão expressiva no tratamento das imagens fotográficas do acervo do IBGE.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar na literatura as metodologias de análise documentária para o tratamento de imagens fotográficas.
- Verificar o enquadramento dos termos de indexação das imagens selecionadas à grade de análise documentária de imagens fotográficas, desenvolvida por Manini (2002).
- Examinar a relevância da dimensão expressiva como atributo de indexação.

1.3 JUSTIFICATIVA

Inúmeros questionamentos são feitos quanto ao tratamento temático de documentos imagéticos. São frequentes as dúvidas quanto “ao que deve ser representado na indexação e como deve ser feito a elaboração do resumo”. Dentro do universo das tipologias imagéticas, este trabalho limita-se ao estudo das imagens fotográficas. A escolha da temática está diretamente relacionada às grandes contribuições dos pesquisadores da área para o tema.

A principal finalidade deste trabalho é demonstrar que uma imagem fotográfica não deve apenas ser indexada com relação ao conteúdo informacional inerente a ela. Para isso, a análise aqui presente tem sua abordagem teórica apoiada nos estudos realizados por Johanna W. Smit, Sara Shatford e Miriam Manini, que ressaltam a importância do emprego das técnicas de produção fotográfica como termos de indexação. Essas técnicas, denominadas “dimensão expressiva” por Manini (2002),

compõem, juntamente ao conteúdo informacional, a mensagem da imagem fotográfica.

A metodologia de tratamento das imagens dependerá da característica e finalidade da instituição a qual estão relacionadas. Em uma unidade informacional, as imagens não podem analisadas sob a mesma perspectiva de um banco de imagens comercial. Por isso, visando analisar o tratamento das imagens fotográficas em uma instituição de cunho informacional, foi realizado um breve estudo sobre uma amostra do acervo fotográfico do IBGE.

1.4 METODOLOGIA

A fim de corroborar com a temática proposta neste trabalho, procurou-se abordar alguns dos mais relevantes arcabouços teóricos que norteiam a área da Análise documentária. Em um momento inicial é estabelecido uma perspectiva geral da área em questão para posteriormente referir-se a prática da análise documentária relacionada a imagens fotográficas, tendo como foco a dimensão expressiva fotográfica. Este estudo não se constitui apenas de um viés teórico, mas busca demarcar a aplicabilidade da dimensão expressiva no tratamento de uma amostra do acervo fotográfico do IBGE.

A análise documentária da imagem fotográfica não está completa sem sua dimensão expressiva, pois essa, segundo Manini (2002) é o que irá determinar, ou direcionar, a escolha de uma imagem pelo usuário. Portanto, em função de trazer subsídios ao escopo deste trabalho, que é analisar a aplicabilidade da dimensão expressiva na indexação do acervo fotográfico do IBGE, foi realizado uma pesquisa ao setor do IBGE responsável pelo tratamento das imagens que compõem o acervo.

Após a visita, foram selecionadas 20 imagens do acervo fotográfico online da biblioteca do IBGE relacionadas com a coleção “Municípios brasileiros”. Devido ao software de gerenciamento do acervo não fornecer dados específicos, como a estatística das imagens mais visualizadas, preferiu-se delimitar uma temática comum que figurasse em todas as fotografias. Por isso, a seleção das mesmas foi guiada por três critérios: edifícios do século XX localizados na região sudeste.

Em seguida, essas imagens foram submetidas à grade de análise documentária de imagens fotográficas, proposta por Manini (2002). Elas foram

analisadas mediante as seguintes categorias: QUEM/O QUE, ONDE, QUANDO, e COMO, tendo em vista os atributos DE¹ genérico, DE específico e SOBRE, e a dimensão expressiva. Essas categorias, quando respondidas e transformadas em palavras-chave, isto é, termos de indexação, se tornam o “[...] diferencial que o usuário busca (até, sem saber, por vezes) na pesquisa de fotografias”. (MANINI, 2011).

Além da indexação, os resumos são instrumentos essenciais para a recuperação de uma imagem. Eles permitem que o usuário obtenha respostas mais precisas no momento da busca, isto é, os resumos respondem às necessidades informacionais dos usuários. Por isso, a fim de dar mais completude a este trabalho, além dos termos utilizados para a indexação das imagens, foi feito um breve apontamento referente à elaboração dos resumos dessas imagens.

¹ O “DE” que antecede as categorias genérico e específico não representa uma sigla. Ele está relacionado ao seguinte questionamento: DE que uma imagem é genérica? / DE que ela é específica? As respostas para essas questões são as categorias Quem/O que genérico, Quem/O que específico, Onde genérico, Onde específico, Quando genérico, Quando específico, Como genérico, e Como específico.

2 A DOCUMENTAÇÃO E SUAS TÉCNICAS

Antes de se referir à prática documentária, é necessário abrir um parêntese e definir o que é documento, pois afinal a existência da primeira está diretamente relacionada ao surgimento desse.

O processo de tratamento documentário obedece parâmetros gerais, preestabelecidos na área da Ciência da Informação, e específicos, que variam de acordo com a política de cada organização. A prática documentária não se limita a documentos textuais e físicos, mas estende-se às mais diversas tipologias documentais apresentadas em múltiplos suportes.

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 132) apresentam a natureza documentária da seguinte forma: “[...] textual (escrita), numérica, iconográfica (imagem), registro sonoro (da palavra ou som), material (objeto de interesse histórico, arqueológico, etnológico, estético, coleções diversas) [...]”. Somada à essa descrição, tem-se ainda mais claro a abrangência do termo “documento” em Le Coadic:

Documento é um termo genérico que designa objetos portadores de informação. Um documento é todo artefato que representa ou expressa um objeto, uma idéia ou uma informação por meio de signos gráficos e icônicos (palavras, imagens, diagramas, mapas, figuras, símbolos), sonoros e visuais (gravado em suporte de papel ou eletrônico). (LE COADIC, 2004, p. 5 apud VARHAU, 2014, p.9).

Ainda referindo-se a definição do que é documento, Otlet, que adotou a palavra documentação pela primeira vez em seu artigo *Les sciences bibliographiques et la documentation* em 1903, “[...] considerou como documentos não somente livros e manuscritos, mas também (entre outras coisas) arquivos, mapas, esquemas, ideogramas, diagramas, desenhos e suas reproduções, e fotografias de objetos reais.” (OTLET, 1903 apud WOLEDGE, 1983, p. 270-271, tradução nossa).

Há alguns séculos atrás, a guarda de documentos visava a uma simples conservação. Por isso, não havia uma preocupação em consolidar uma teoria que tratasse da organização e representação de informações, visando sua posterior recuperação.

A preocupação teórica com a organização e representação de informações, com fins documentários, é fato relativamente recente se levarmos em conta as práticas relacionadas a esses processos, que são executadas, pelo menos, desde o segundo milênio a.C. (KOBASHI, 1996, p. 5).

Somente no período após a primeira guerra mundial, os documentos passaram a ter caráter exploratório, pois é a partir deste momento que dá-se cada vez maior importância à utilização dos recursos das bibliotecas. Neste período, a revista e o periódico assumem uma importância maior, o que resulta em um considerável aumento do número de títulos publicados. (CHAUMIER, 1971).

Logo, dá-se início o desenvolvimento dos primeiros trabalhos que tratam sobre as técnicas para tratamento dos documentos, que se consolidam no final da década de 1930. Em 1960 a temática da explosão documental entra em destaque.

Segundo a Unesco, recenseava-se, no início do século XIX, uma centena de periódicos científicos, em 1850 este número passa para 1000, em 1900 é de 10.000 [...]. Em 1958, a produção mundial anual de documentos científicos e técnicos estava avaliada em mais de 1 milhão de documentos, [...]. Em 1961, este número passa a 2 milhões, em 1967 as estimativas situam-se em cerca de 3,5 milhões. Para 1970 foram calculados 4 milhões. (CHAUMIER, 1971, p. 11).

Devido a esta proliferação documental, a documentação tornou-se uma disciplina sistematizada com suas técnicas e métodos próprios, que segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 131) vão desde a “[...] criação, coleta, organização, armazenamento e disseminação de documentos ou informações”, ficando responsável pelo tratamento da informação e do documento em todas as suas esferas.

Ao tratar um documento com a finalidade informacional, pode-se destacar duas técnicas principais: a representação descritiva e a representação temática. Ao mencionar o termo “representação” na Documentação, Kobashi (1996) reitera que esse

[...] é um conceito pré-teórico, associado, de um lado, à descrição de aspectos que identifiquem materialmente os documentos (catalogação) e, de outro, ao processo e ao produto da condensação de conteúdos de textos, ou seja, à indexação e à elaboração de resumos (processos) e aos próprios índices e resumos (produtos). (KOBASHI, 1996, p. 11).

É inevitável falar de Documentação e não mencionar Paul Otlet e Henri La Fontaine; os principais empreendedores da estrutura teórica da área. Eles dedicaram “a maior parte da sua vida à documentação, ao desenvolvimento da Classificação Decimal Universal (CDU) e à cooperação internacional.” (CHAUMIER, 1971, p. 7).

A publicação do *Traité de Documentation*, em 1934, inaugurou a trajetória da documentação.

A concepção teórico-prática desta corrente foi sistematizada por Otlet no Tratado de Documentação, publicado em 1934. Em seu início, consta a bandeira (ainda atual) da Documentação como a da necessidade de tornar acessível a quantidade de informação publicada, produzindo um ‘todo homogêneo destas massas incoerentes’, para o que seriam necessários novos procedimentos, distintos da Biblioteconomia, conforme eram aplicados até aquele momento. (OTLET, 1996, p.6 apud ORTEGA, 2009, p. 63).

Zaher (1968) relata que o termo documentação, tal como é conhecido atualmente, encontra na definição de Paul Otlet e La Fontaine uma conceituação aceita oficialmente:

Em 1931 durante a X Conferência Internacional de Bibliografia, realizada em Haia, foi proposta a mudança de nome do Instituto [Internacional de Bibliografia] para Instituto Internacional de Documentação, utilizando-se, nessa ocasião, a palavra documentação que foi oficialmente aceita dentro do novo conceito exposto por Otlet e La Fontaine: ‘Documentar é reunir, classificar e distribuir documentos de toda a espécie em todos os domínios da atividade humana’. (ZAHER, 1968, p. 26, grifo do autor).

É importante mencionar que o termo utilizado para designar o tratamento documentário não é o mesmo em todos os países. Na Europa, estabeleceu-se o termo “documentação”, ou “ciências da documentação”, e até “documentologia” (referido no Tratado de Documentação de Paul Otlet). Por outro lado, nos Estados Unidos essa prática é representada pela expressão “Ciência da informação”, revelando o interesse dos estudiosos para uma abordagem sobre informação, como afirma Ortega (2009).

Na América Latina tem-se preferência pelo termo “Ciência da informação”. Um exemplo claro é a mudança de nome do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), criado em 1954, que passou a ser nomeado como Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em 1976. (ROBREDO; CUNHA, 1986).

Ortega (2009), acrescenta a Biblioteconomia, como área similar às duas mencionadas anteriormente. Segundo a autora “os termos Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação representam a área, porém se manifestam a partir de significados distintos, uma vez que ocorreram em diversos tempos e espaços de constituição, sedimentação e transformação [...]”. (ORTEGA, 2009, p. 61).

Robredo e Cunha (1986) fazem a seguinte análise sobre “Ciência da informação”:

A ciência da informação é uma ciência interdisciplinar que se deriva de e se associa a disciplinas tais como as matemáticas, a lógica, a linguística, a psicologia, a informática, a pesquisa operacional, a

análise de sistemas, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a administração, etc. Assim, a biblioteca tradicional e a documentação não são mais do que aplicações particulares da ciência da informação. (ROBREDO; CUNHA, 1986, p. 5).

A partir da enunciação das palavras reunir, classificar e distribuir, mencionadas por Otlet e La Fontaine, Zaher (1968) traz o conceito de “ciclo documentário”, que segundo a autora é compreendido pelas três ações referidas anteriormente:

[...] **reunir** ou coletar documentos existentes sobre determinado ou determinados tópicos [...]; **classificar** ou sistematizar esse material coletado, obedecendo a algum tipo de sistema de controle que permita a perfeita análise de seu conteúdo [...]; **distribuir** ou divulgar o material coletado e analisado. (ZAHER, 1968, p. 9, grifo nosso).

Sobre o ciclo documentário inserido em um processo automatizado, Robredo e Cunha (1986) atribuem as seguintes etapas: entrada, tratamento ou processamento, e saída. De forma que o ciclo documentário tenha sentido pleno, em cada uma dessas etapas, os autores apresentam um conjunto de operações interdependentes que devem ser levadas em consideração; são elas:

- *Seleção*: “escolhem-se dentro de toda a produção mundial, os documentos que respondem às disciplinas ou tópicos cobertos pelo serviço de documentação [...]”
- *Aquisição*: “realizam-se as etapas administrativas necessárias [...] para assegurar a incorporação dos documentos ao acervo;”
- *Registro ou tombamento*: “atribui-se um número a cada documento;”
- *Descrição bibliográfica*: “anotam-se as características descritivas do documento;”
- *Análise ou condensação*: “representação condensada do conteúdo de um documento;”
- *Controle*: “verificação e validação dos registros;”
- *Armazenagem dos documentos*: “os documentos armazenam-se de forma a serem encontrados facilmente quando solicitados [...]”
- *Armazenagem da representação condensada*: “os elementos descritivos do conteúdo de cada documento [...] podem ser registrados em diversos suportes físicos para sua conservação e posterior processamento;”
- *Processamento da informação condensada*: “os registros bibliográficos que contêm os elementos condensados [...] são submetidos a diversos processamentos manuais ou automatizados, que permitem obter diversos tipos de produtos ou saídas [...]”

- *Produtos do processamento*: “podem ser os mais diversos, destacando-se os catálogos de diversos tipos, os cadastros ou diretórios impressos, as listagens de referências, os índices de diversos tipos e as bases de dados;”
- *Interrogação e busca*: “a pesquisa bibliográfica ou busca retrospectiva consiste em selecionar, a partir de um conjunto muito maior de referências, aquelas que podem interessar, num determinado momento;”
- *Recuperação da Informação*: “constitui o aspecto fundamental – e a finalidade – do trabalho documentário. Como consequência das operações realizadas no processo de interrogação e busca, podem selecionar-se documentos [...] que parecem ser de interesse;”
- *Disseminação seletiva da informação (DSI)*: “[...] serviço personalizado que canaliza para o usuário informações selecionadas correntes, de acordo com seu perfil de interesse;”
- *Recondicionamento ou reempacotamento da informação*: consiste em “[...] preparar estudos críticos condensados sobre determinados aspectos de interesse e relevância, que facilitem [a atualização dos técnicos e especialistas frente ao enorme volume de informações constantemente publicadas].”

Estas operações são procedimentos básicos adotados como técnicas documentais. Não se pode dizer que o ciclo documental está incompleto caso um desses procedimentos mencionados anteriormente não seja realizado. Tudo irá depender da política de tratamento documental adotada em cada unidade de informação.

Baseando-se nas etapas do ciclo documentário enunciadas por Robredo e Cunha (1986), este trabalho irá focar na *análise documentária* – com enfoque na indexação e elaboração de resumos – para abordagem da temática proposta.

2.1 A ANÁLISE DOCUMENTÁRIA

Como parte integrante e essencial do ciclo documentário, a análise documentária é uma ferramenta inerente à área da Documentação, responsável em representar/traduzir o conteúdo de um documento em diversos níveis.

Cunha (1987, p. 38) define a Análise Documentária “[...] como um conjunto de procedimentos efetuados com o fim de expressar o conteúdo de documentos sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação.”

Na literatura da área da Ciência da Informação observa-se diversas denominações para a prática da descrição do conteúdo de um documento. Alguns estudiosos da área adotam o termo “representação temática”. Fosket (1973) apud Guimarães (2009), refere-se à designação “Tratamento Temático da Informação – TTI”. Naves (1996, p. 215) afirma que “o processo de extrair conceitos que traduzam a essência de um documento é conhecido como “análise de assunto” para alguns, análise temática para outros e ainda como análise documentária ou análise de conteúdo.”

A multiplicidade de terminologias para designar a descrição do conteúdo de um documento, em parte, está relacionada às diferentes interpretações dadas ao termo “assunto”.

[...] Cutter (define assunto como tema ou tópico, podendo ou não estar no título), Kaiser (esclarece assuntos como “coisas em geral”, reais ou imaginárias, e as condições para designá-las, e que são chamadas concretos e processos), Ranganathan (fala sobre o pensamento contido no documento), Coates (identifica assunto como a abstração da idéia global personificada no assunto contido numa unidade literária dada), e Vickery (fala em tema no qual livros, parte de livros, artigos ou parte de artigos são escritos) [...]. (NAVES, 1996, p. 2).

Guinchat e Menou (1994) apud Sousa (2013) consideram a descrição do conteúdo de um documento não como uma analogia à análise documentária, mas sim como uma prática que encontra nessa arcabouço teórico e metodológico, estando a ela subordinada.

A descrição do conteúdo compreende a análise documentária como área teórica e metodológica que abrange as atividades de catalogação de assunto, indexação, classificação e elaboração de resumos, observando as diferentes finalidades de recuperação da informação. (GUINCHAT; MENO, 1994 apud SOUSA; 2013, grifo nosso).

A análise documentária, segundo Chaumier (1971) está intimamente relacionada ao processo da informação, que, segundo ele, é desenvolvido ao longo de um encadeamento funcional ao qual o autor denomina “cadeia documental.” As etapas que compreendem esse processo são: a *recolha* dos documentos, a *análise*, a *procura* (essas duas são abordadas dentro da temática “tratamento da informação documental”), e *difusão* (aqui são desenvolvidos os produtos documentais).

A análise documentária não se limita à representação informacional. Um de seus principais objetivos é tornar o documento/informação recuperável pelo usuário. Guinchat e Menou (1994) definem um conjunto de procedimentos, aos quais os autores designam como “fundamentais”, para qualquer documento a ser tratado.

O procedimento fundamental obedece os seguintes princípios [...]: lembrar os objetivos. Antes de tudo é necessário lembrar em que estágio do tratamento encontra-se a descrição de conteúdo, onde se quer chegar [...]; tomar conhecimento do documento; caracterizar ou determinar o tipo de documento em função de suas características; determinar a forma e o nível de tratamento em função do valor do documento e das regras estabelecidas pelo sistema; extrair os termos significativos; verificar a pertinência dos termos extraídos [...]; traduzir os termos extraídos em termos da linguagem documental utilizada pelo sistema [...]; verificar a pertinência dos termos escolhidos; formalizar a descrição [...]. (GUINCHAT E MENO, 1994, p.126).

Não existe um conjunto de regras fixas para a prática da Análise Documentária. Alguns autores trabalham essas etapas de forma mais resumida, como Kobashi (1996); outros, como Guinchat e Menou (1994), exploram os pormenores do processo. Cunha (1989) afirma que

[...] a AD, não é apenas um processo pelo qual se sintetiza o conteúdo de um documento após a leitura e a análise, através de palavras-chaves, descritores, termos ou paráfrases, mas um processo mais completo que envolve o próprio processo de leitura, análise de texto, mecanismos mentais e psicológicos de atribuição de um conceito ou conceitos que possam simbolizar o conjunto do texto. (CUNHA, 1989, p.22).

A descrição do conteúdo de um documento pode seguir diversas direções. Tudo irá depender do objetivo a ser alcançado e do método de análise utilizado. Uma das principais ferramentas da análise documentária é a indexação e a elaboração de resumos.

De acordo com Kobashi (1994) apud Fujita, Nardi e Santos (1998), a indexação e o resumo “[...] são elaborados através de um conjunto de três operações que constituem a “Análise Documentária”: Análise, Síntese e Representação.”

ANÁLISE: leitura e segmentação do texto para identificação e seleção de conceitos;
SÍNTESE: construção do texto documentário com os conceitos selecionados: enunciado de assunto ou resumo;
REPRESENTAÇÃO: a representação possui duas naturezas distintas: na primeira, a representação é construída através de um processo de condensação intensiva do texto original, gerando os diferentes tipos de resumo; na segunda, a representação é realizada através do uso de uma Linguagem documentária que tem como função a

normalização das unidades significantes ou conceituais presentes no texto original: indexação. (LARA, 1993, p. 4-5 apud FUJITA; NARDI; SANTOS, 1998, p. 22).

Levando em consideração a quantidade de estudos desenvolvidos na área sobre o tema, de todas as três, a última é a que mais recebe respaldo teórico, Nas etapas de análise e síntese, o texto original passa por um processo de desconstrução para que um novo texto seja elaborado, o chamado texto documentário.

Conforme à norma ISO 5963 (1985, p. 2-4) apud Fujita, Nardi e Santos (1998, p. 23-24), que estabelece os métodos de Análise documentária, os procedimentos de Análise e Síntese de documentos devem ser estruturados da seguinte forma:

1) Exame do documento

Devido a impraticabilidade de, durante o processo de análise, ser feita a leitura completa do documento, a norma determina que os seguintes aspectos presentes no texto são essenciais para o exame da obra:

- Título;
- resumo (se houver);
- lista de conteúdos;
- introdução, frases que iniciam capítulos e parágrafos, e a conclusão;
- ilustrações, diagramas, tabelas;
- palavras ou grupo de palavras que estejam sublinhadas ou impressas em tipos diferentes. (ISO 5963, 1985, p. 2-4 apud FUJITA, NARDI; SANTOS, 1998, p. 23-24).

A norma afirma, ao final deste item, que é inviável a realização da análise somente através do título e/ou resumo presente no próprio documento.

2) Identificação de conceitos

Após o processo de análise, o profissional responsável pelo tratamento do documento deve identificar quais os conceitos essenciais para a descrição do conteúdo. Segundo a norma, ele deve pautar-se em questionamentos pré-definidos para a extração desses termos:

- (a) O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito de uma atividade?
- (b) O assunto contém um conceito ativo (por exemplo, uma ação, uma operação, um processo, etc.)?
- (c) O objeto é influenciado pela atividade identificada?
- (d) O documento possui um agente que praticou esta ação?

- (e) Este agente refere-se a modos específicos para realizar a ação (por exemplo, instrumentos especiais, técnicas ou métodos)?
- (f) Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?
- (g) São identificadas algumas variáveis dependentes ou independentes?
- (h) O assunto foi considerado de um ponto de vista, normalmente não associado com o campo de estudo (por exemplo, um estudo sociológico ou religioso)? (ISO 5963, 1985, p. 2-4 apud FUJITA, NARDI; SANTOS, 1998, p. 23-24).

Ao comentar sobre a norma, Ferrow (1991) apud Fujita, Nardi e Santos (1998), relaciona a leitura documentária a um “rápido rastreamento” baseado nos aspectos sugeridos no item “Exame do documento”. O autor

[...] encontra uma similaridade entre leitores rápidos e indexadores uma vez que ... os leitores rápidos têm um objetivo diferente dos leitores normais, não se apegam a detalhes ou coerência de idéias. É o tipo de compreensão que um indexador exige, o objetivo é encapsular a compreensão em um apanhado de palavras-chave isoladas. (FERROW 1991, p. 152 apud FUJITA; NARDI; SANTOS 1998, p. 24).

Com relação ao segundo item, “Identificação de conceitos”, a norma deixa claro que não é necessário que o profissional represente todos os termos encontrados no documento, pois os mesmos devem passar por uma “filtragem” de forma a averiguar os que deverão ser selecionados ou rejeitados. O que vai orientar a escolha de um termo em detrimento de outro é o sistema documentário e o usuário do sistema.

Embora o leitor documentalista, na maioria das vezes, não seja o especialista da área, “[...] ele interage com o texto mediante o domínio de uma linguagem documentária especializada, da estrutura textual e da intenção do sistema de informação para leitura.” (FUJITA; NARDI; SANTO, 1998, p. 29).

Cintra (1987, p. 28) afirma que “[...] o conhecimento prévio e as estratégias de leitura estão, de alguma forma, vinculados às habilidades do profissional da documentação.” Para a autora a interação natural que ocorre entre autor/leitor é rompida na leitura documentária, pois comumente o autor não elabora um texto pensando no documentalista como leitor. Segundo ela esse fator deve ser acrescido “[...] à complexidade natural do processo [...].”

O profissional que realiza a análise documentária deve contar com um aporte teórico e metodológico que irá orientá-lo na leitura técnica do documento, obedecendo princípios, já citados anteriormente, que são fundamentais para esta etapa do ciclo documentário.

A análise documentária é responsável pela produção de diversos modelos informacionais, seja sob a forma de novos textos – resumos – ou de representações uniformizadas por uma linguagem documentária, como tesouros e sistemas classificatórios. Ao fazer a análise de um documento e condensá-lo, a Análise documentária tem como objetivo principal suscitar a circulação de informações entre os mais variados ambientes em que perpassam as atividades humanas.

2.2 INDEXAÇÃO

A indexação é um processo intelectual cuja finalidade é a recuperação da informação por parte dos usuários, atendendo assim suas necessidades informacionais. Ela presume o acesso à informação por intermédio dos termos de indexação, considerado como ponto de contato aos próprios documentos. A indexação aponta para o conteúdo temático de um documento, permitindo sua caracterização de forma uníssona. (ROBREDO; CUNHA, 1986).

A indexação é a parte mais importante da análise documentária. Consequentemente, é ela que condiciona o valor de um sistema documentário. Uma indexação inadequada ou uma indexação insuficiente representam 90% das causas essenciais para a aparição de ‘ruídos’ ou de ‘silêncios’ em uma pesquisa. (CHAUMIER, 1988, p. 63).

Assim como as outras ferramentas da Análise documentária, a indexação surgiu da necessidade de orientar os leitores. E isso, não é invento da pós-modernidade. Segundo Collison (1971, p. 8), “existem até mesmo registros sobre a biblioteca de um templo, no Oriente Médio, na era pré-cristã, que possuía um catálogo gravado em pedras em forma de placas, colocado numa das paredes do recinto”.

Com o advento dos livros, houve uma urgência na elaboração de um guia para as informações. Por isso, tornaram-se cada vez mais comuns os inventários ou catálogos de livros, os cabeçalhos de capítulo e de páginas, entre outros. Todavia, “[...] logo se compreendeu que esses métodos, no melhor dos casos, eram simples esboços, não sendo suficientes para as necessidades de leitores sérios.” (COLLISON, 1971, p.8).

A prática de indexar, como hoje é conhecida, não teve seus princípios muito bem compreendidos inicialmente. O termo índice incluía diversos mecanismos de guia informacional que, atualmente, não seriam designados como tal. Por vezes

representava “uma lista de conteúdo, um resumo, e outras, ainda várias notas”, mas dificilmente “representava de fato o arranjo científico atual”. (COLLINSON, 1971).

O século XVIII foi marcado como “a primeira grande época do índice”. De início, a necessidade da utilização dos índices foi necessária na medida em que a população inglesa passou a ter acesso à Bíblia. “Por mais que um homem lesse e estudasse a Bíblia, não poderia ter a esperança de se lembrar sempre do contexto das palavras que desejava consultar ou citar. (COLLINSON, 1971, p. 9). Nesse sentido, tem-se a primeira “Concordância” completa da Bíblia, compilada por Alexandre Cruden. Essa obra não foi o primeiro índice a ser atribuído algum valor, porém seu trabalho propiciou o posterior desenvolvimento de índices em padrões mais elevados. (COLLINSON, 1971).

Com o aumento vertiginoso da produção informacional, nos séculos posteriores a elaboração de índices desenvolveu-se com primazia e passou a ganhar o apreço dos leitores. É importante observar que inicialmente o termo “indexação” estava atrelado a produção de índices, principalmente, direcionada aos livros. Com a avanço da tecnologia, a prática de indexar estendeu-se a diversos meios, como por exemplo, aos bancos de dados.

Seguindo as orientações de Robredo e Cunha (1986, p.245) sobre as etapas do processo de indexação, tem-se o seguinte:

- a análise conceitual do conteúdo significativo do documento, ou seja a identificação do assunto;
- a expressão desta análise através de um conjunto de palavras, frases ou códigos que representam o assunto;
- a tradução das descrições dos assuntos relevantes para a linguagem de indexação;
- a organização das descrições padronizadas dos assuntos de acordo com a sintaxe da linguagem de indexação.

Ambos autores afirmam que as duas primeiras etapas são subjetivas e, portanto estão intimamente relacionadas com o nível de conhecimento do indexador. Visto que cada leitor, neste caso o indexador, irá interpretar o conteúdo de um mesmo documento de forma diferenciada, não há padronização que possa interferir sob este aspecto. Não obstante, as duas últimas são mais passíveis de padronização já que fazem referência “à escolha dos termos de indexação e à sintaxe da linguagem documentária.”

É importante destacar que, antes da etapa de “identificação de assunto” mencionada por Robredo e Cunha (1986), há ainda duas etapas anteriores de

extrema relevância ao processo de indexação especificadas por Guinchat e Menou (1994): “[...] lembrar os objetivos da operação [aqui devem ser considerados, dentre outros, os aspectos de exaustividade e especificidade da indexação] [...]” e “tomar conhecimento do documento [observar a natureza do documento: se é uma tese, um folheto de divulgação, etc.]”.

Lancaster (2004) apresenta o processo de indexação em duas etapas principais: análise conceitual e tradução. Ambas são etapas distintas e, geralmente, não são distinguidas com muita precisão. “A análise conceitual, em primeiro lugar, implica decidir do que trata um documento – isto é, qual o seu assunto.” (LANCASTER, 2004, p. 9). Sobre esta etapa, o indexador deve fazer as seguintes perguntas referentes ao documento:

- “1. De que trata?
2. Por que foi incorporado a nosso acervo?
3. Quais de seus aspectos serão de interesse para nossos usuários?” (LANCASTER, 2004, p. 9).

A tradução, segunda etapa mencionada por Lancaster (2004), se caracteriza pela conversão dos termos encontrados na análise conceitual a partir de um conjunto de termos de indexação. Referindo-se a esta etapa, Lancaster faz “distinção entre indexação por extração (indexação derivada) e indexação por atribuição”:

“Na indexação por extração, palavras ou expressões que realmente ocorrem no documento são selecionadas para representar seu conteúdo temático.” (LANCASTER, 2004, p. 19). Aqui, pode ser citado como exemplo, uma das formas arcaicas de indexação, o *Uniterm*, que empregava uma única palavra para representar o conteúdo de um documento. (LANCASTER, 2004). Por outro lado,

a indexação por atribuição envolve a atribuição de termos ao documento a partir de uma fonte que não é o próprio documento. [...] Mais frequentemente, a indexação por atribuição envolve o esforço de representar a substância da análise conceitual mediante o emprego de termos extraídos de alguma forma de vocabulário controlado. (LANCASTER, 2004, p. 19).

Lancaster afirma que, basicamente há três tipos de vocabulário controlados: os sistemas de classificação bibliográficos, as listas de cabeçalhos de assuntos e os tesouros.

Dodebei (2014) pondera que nem tudo o que é considerado como “indexação” é de fato uma indexação:

Pode-se admitir, por exemplo, que não devemos falar em indexação, quando a análise for feita por extração de palavras naturais do texto analisado. No entanto, a expressão 'indexação' há muito tempo vem sendo utilizada para indicar os dois processos, tanto o de extração de palavras naturais como de extração somado à tradução em descritores. (DODEBEI, 2014, p. 41).

No que concerne à tipologia da linguagem utilizada na indexação, em contraste com a afirmativa de Dodebei (2014), Cavalcanti (1978, p. 16, grifo do autor) ressalta que “os sistemas de indexação podem utilizar dois tipos de linguagem: natural e artificial.” A autora define sistema de indexação “[...] como o grupo de pessoas, trabalhos, métodos e equipamentos, reunidos para a atividade de análise [...] da informação.” (CAVALCANTI, 1978, p. 16).

Quanto aos sistemas de indexação, há dois tipos em que esses estão inseridos: indexação pré-coordenada e indexação pós-coordenada. Na primeira, “[...] os termos são combinados no momento de sua preparação, ou seja, na qual os termos são elaborados com a finalidade de identificar itens específicos, principalmente em se tratando de assuntos complexos.” (CAVALCANTI, 1978, p. 19). Nessa, a representação ocorre sem a possibilidade de combinação entre os termos, isto é, a recuperação é inteira. Lancaster (2004) ressalta a pouca flexibilidade existente nos sistemas pré-coordenados. Segundo ele:

1. É difícil representar a multidimensionalidade das relações entre os termos.
2. Os termos somente podem ser listados numa determinada sequência (A, B, C, D, E), o que implica que o primeiro termo é mais importante do que os outros.
3. Não é fácil (senão completamente impossível) combinar termos no momento em que se faz uma busca. (LANCASTER, 2004, p. 50).

Na indexação pós-coordenada “[...] os termos são combinados ou correlacionados no momento da pesquisa para a recuperação da informação. (CAVALCANTI, 1978, p. 19). Esta modalidade de indexação ocorre principalmente em sistemas automatizados: “[...] bases/bancos de dados, bibliotecas ou centros de documentação que operam com computador.” (VALE, 1987).

É importante lembrar que a eficiência de uma indexação de assuntos deve observar não somente o assunto abordado no documento, mas também o interesse que determinados usuários possam ter em relação a ele. Hjørland (2001, p. 776) apud Lancaster (2004, p. 10) faz a seguinte assertiva com relação à indexação orientada para o usuário:

Uma vez que qualquer documento pode, em princípio, proporcionar respostas a uma infinidade de questões, as análises de assuntos devem estabelecer prioridades baseadas nos grupos de usuários específicos atendidos (ou serviços específicos proporcionados na ecologia da informação). O assunto de um documento é assim relativo ao objetivo do serviço de informação específico. Defino assunto [...] como os potenciais epistemológicos ou informativos dos documentos. A melhor análise temática é a que faz o melhor prognóstico quanto ao uso futuro do documento.

Antes de realizar o processo de indexação é necessário observar a política de indexação da unidade de informação; fator que irá nortear o indexador quanto aos critérios que serão, ou não, empregados na prática. A elaboração da política de indexação pressupõe a tomada de decisão dos gestores da unidade/serviço de informação, destituindo, por vezes, o indexador desta tarefa. Lancaster (2004, p.27) afirma que “os fatores que influem no desempenho de um sistema de recuperação da informação e que são diretamente atribuíveis à indexação podem ser assim categorizados: 1. Política de indexação; 2. Exatidão da indexação (Análise conceitual e tradução).”

Uma das principais decisões na política de indexação, segundo Lancaster (2004) é a atribuição, ou não, do critério de exaustividade.

A indexação exaustiva implica o emprego de termos em número suficiente para abranger o conteúdo temático do documento de modo bastante completo. A indexação seletiva, por outro lado, implica o emprego de uma quantidade muito menor de termos, a fim de abranger somente o conteúdo principal do documento. (LANCASTER, 2004, p. 27).

No que tange à prática de indexar, uma indexação exaustiva pontua melhor o assunto do documento, ampliando assim, os pontos de acesso à ele e, conseqüentemente sua recuperação. Outro fator preponderante na representação temática é o nível de extensão. Tanto em relação ao resumo quanto à indexação, essa concepção merece grande consideração por parte dos indexadores. À medida que a extensão da representação aumenta, a probabilidade de recuperação do item também aumenta. (LANCASTER, 2004).

Com relação à política de indexação, ainda há que se considerar o princípio da especificidade, que de acordo com Lancaster (2004, p. 34), é o que, “[...] isoladamente, é o mais importante na indexação de assuntos [...]”. Ao adotar a especificidade, o indexador irá indexar um assunto a partir do termo mais específico que o caracterize como um todo. “Assim, um artigo que trate do cultivo de laranjas

será indexado sob LARANJAS e não sob FRUTAS CÍTRICAS ou FRUTAS.” (LANCASTER, 2004, p. 34).

Com o documento a ser indexado em mãos, o indexador deve estar atento em quais aspectos deve observar para a atribuição adequada dos termos que irão representar o conteúdo temático. Lancaster (2004) destaca que as principais partes do texto que devem ser examinadas são as seguintes:

- a) título;
- b) resumo, se houver;
- c) sumário;
- d) introdução, as frases e parágrafos de abertura de capítulos, e as conclusões;
- e) ilustrações, gráficos, tabelas e respectivas legendas;
- f) palavras ou grupos de palavras que apareçam sublinhados ou grafados com tipos diferentes. (LANCASTER, 2004, p.24).

O autor também ressalta que não é aconselhável que a indexação seja feita somente pela análise do título e do resumo. Esse último não deve ser considerado como um substituto do próprio documento. “Os títulos podem ser enganosos; tantos os títulos quanto os resumos podem ser inadequados; em muitos casos nenhum dos dois é uma fonte confiável do tipo de informação que o indexador requer.” (LANCASTER, 2004, p.25).

Na prática de indexação, o indexador deve-se mostrar o mais objetivo possível. Porém, assim como na ciência, não há neutralidade na indexação. Apesar de, como afirma Lancaster (2004, p. 68), a indexação ser “um processo subjetivo e não objetivo”, a objetividade deve ser um alvo buscado constantemente, de modo que a interpretação do indexador sobre determinado assunto, a qual baseia-se em seu conhecimento de mundo, não obstrua o acesso à informação por parte do usuário.

Para averiguar a coerência da indexação, Lancaster (2004, p. 71) elabora uma lista representando alguns aspectos que podem influenciá-la:

1. Quantidade de termos atribuídos
2. Vocabulário controlado versus indexação com termos livres
3. Tamanho e especificidade do vocabulário
4. Características do conteúdo temático e sua terminologia
5. Fatores dependentes do indexador
6. Instrumentos de auxílio com que conta o indexador
7. Extensão do item a ser indexado

Embora a indexação seja subjetiva e dependa dos conhecimentos prévios do indexador, isto é, o que um pode indexar como ROSA, o outro pode simplesmente

representar como FLOR, é preciso que haja uma certa coerência tanto em relação aos termos quanto em relação aos próprios indexadores.

Um ótimo meio para se averiguar a consistência da indexação é o momento da recuperação da informação. Ao buscar um assunto qualquer, o usuário precisa encontrar respostas que atendam a seus interesses informacionais. Sobre isso, Lancaster (2004) afirma que embora a análise do sistema de recuperação seja uma ferramenta eficaz, “[...] não existe nenhum conjunto melhor de termos. Alegar que tal conjunto existe implica uma presciência de todos os pedidos que serão feitos à base de dados na qual o documento se acha representado.” (LANCASTER, 2004, p. 86). Segundo o autor, o mais adequado seria que o indexador identificasse os erros de indexação que possam existir no processo de recuperação da informação, corrigindo certas falhas que possam interferir na qualidade da indexação.

De acordo com Kobashi (1996), mesmo sendo diferentes em suas formas, a indexação e o resumo são complementares. Em um sistema de recuperação da informação, os termos indexados permitirão que o usuário tenha um vislumbre dos possíveis documentos que abordem sobre a temática buscada, contudo o que vai definir a escolha de um documento e não de outro, será a leitura dos resumos.

Enquanto que na indexação, o documento original é compactado por meio da atribuição de termos que representam o conteúdo temático da obra, no resumo essa compactação ocorre com menos incidência, pois preserva a estrutura informacional do documento. Diferentemente do resumo, na indexação existe um instrumento que exerce a função de permutação dos termos, a linguagem documentária. (KOBASHI, 1996, p. 9).

2.3 RESUMO

Em seu “modus operandi”, a análise documentária ocupa-se do manuseio e da modificação do documento primário em duas representações básicas: o índice e o resumo. No resumo, o texto principal é “[...] desestruturado de modo a permitir que certos fragmentos, organizados sob a forma de um novo texto, reconstruam potencialmente o sentido original.” (GARCÍA GUTIÉRREZ, A. 1990 apud KOBASHI, 1996).

Resumir é a arte de condensar palavras. O resumidor é um artista que lapida o conteúdo de um documento e o expressa de forma concisa. Lancaster (2004) define resumo como “uma representação sucinta, porém exata, do conteúdo do documento.”

Como afirma Kobashi (1996), a prática de elaborar resumos é concebida tradicionalmente como uma simples técnica de reduzir textos. No entanto, para cumprir a eficácia, a ação documentária deve ser orientada para os princípios norteadores que dará início à “ação comunicativa”, como por exemplo, “[...] os objetivos institucionais, tipos de usuários e de demandas, estrutura organizacional, etc.”

Assim como todos os métodos de análise documentária, a elaboração de resumos é norteada pela seguinte indagação: “Por que nossos usuários provavelmente se interessarão por este item?” (LANCASTER, 2004, p. 102). Logo, o resumo, como produto da análise documentária, tem como foco responder às necessidades informacionais dos usuários.

A elaboração de resumos tornou-se mais evidente com a proliferação da literatura científica, na medida em que os artigos científicos passaram a concorrer a atenção dos leitores. Com isso, o resumo surgiu como um meio de garantir o acesso a essas produções.

Na realidade, a natureza dos resumos alterou-se ao longo dos anos, na medida em que mais e mais artigos científicos passaram a competir entre si para atrair a atenção dos leitores. Hoje os leitores precisam compulsar e pesquisar mais do que faziam no passado, e o resumo evolui continuamente como um portal de acesso à literatura científica. (HARTLEY; BENJAMIN, 1998, p. 451-452 apud LANCASTER, 2004, p. 105).

Referindo-se à cadeia documental, Guinchat e Menou (1994) atestam que o resumo pode ser feito em três momentos: no início da cadeia documental (na produção do documento primário – aqui o resumo é geralmente elaborado pelo autor); no meio da cadeia documental (quando os documentos são inseridos “em sistemas de armazenamento, pesquisa e difusão da informação”); ou no final da cadeia documental (no caso da necessidade de se oferecer uma resposta mais apropriada ao usuário).

A preparação de resumos visa, segundo Guinchat e Menou (1994), a difusão da informação; a seleção da informação pelo usuário final; e a pesquisa da informação. Lancaster (2004) menciona que dentre as infinitas finalidades dos resumos, a mais relevante, talvez, seja “facilitar a seleção”, pois “[...] ajudam o leitor a

decidir se determinado item apresenta a possibilidade de satisfazer a seu interesse. Desse modo, poupam tempo ao leitor, evitando, por exemplo, que obtenha artigos que não teriam interesse para ele”. (LANCASTER, 2004, p. 103).

Em geral, de acordo com Kobashi (1997), os resumos são convencionados como “uma operação que consiste tratar de textos”:

Seleciona-se dos mesmos as informações consideradas essenciais, tendo em vista a produção de um novo texto condensado, para um interlocutor determinado. Trata-se, portanto, de um ato cognitivo com finalidades comunicativas que supõe:

- a) compreender e selecionar conteúdos informacionais de natureza textual;
- b) escolher formas de expressão específicas para representá-los. (KOBASHI, 1997, p. 1).

A ação de “selecionar”, é um dos procedimentos mais relevantes que permeiam o processo de condensação do conteúdo de um documento. Ela baseia-se no ato de discernir o que é informação essencial e o que é informação acessória, no texto original. A produção do novo texto não consiste apenas em uma simples exclusão automática de alguns fragmentos do texto. É necessário, portanto, agregar valor às informações do texto primário, observando a hierarquia criada pelo próprio autor. (FLOTTU, 1991 apud KOBASHI, 1997).

A idéia de seleção, com base na hierarquização, é igualmente proposta por Fayol que caracteriza o resumo como um “caso particular de paráfrase seletiva que consiste em:

- 1) extrair de um texto informações julgadas essenciais;
- 2) (re)formular essas informações de modo a chegar a um novo texto coerente e coesivo.” (FAYOL, 1991, p.163 apud KOBASHI, 1997).

Muito se fala a respeito da extensão do resumo, do estilo de redação, e tipos de resumo, contudo o funcionamento da prática de seleção é pouco abordado. Como consequência,

[...] a heterogeneidade dos resumos documentários utilizados nos sistemas informacionais reflete a precariedade dos padrões utilizados em sua elaboração. Em tais sistemas, os resumos raramente apresentam as propriedades necessárias para operarem de forma efetiva e útil na circulação de informações. (KOBASHI, 1997, p. 2).

A extensão do resumo varia conforme o nível da análise documentária, o comprimento dos documentos ou o sistema documental utilizado. Eles podem ser classificados como sinaléticos (poucas linhas), analíticos (dez ou mais linhas) ou críticos (várias páginas). Os resumos ainda podem ser distinguidos, mediante sua

origem, como resumo de autores – redigidos pelo próprio autor – e resumos elaborados por analistas. (CHAUMIER, 1971).

O resumo de autor, embora seja objeto de certas críticas, essencialmente devido à sua falta de objetividade, nem por isso deixa de se desenvolver rapidamente. Em certos domínios técnicos, cerca de 60% dos documentos são publicados com resumos de autores. [...] A redação dos resumos de autores foi objeto de uma recomendação da ISO e a Unesco redigiu um guia para a redação dos resumos de autores. (CHAUMIER, 1971, p. 16).

Ainda sobre os resumos elaborados pelos próprios autores, Guinchat e Menou (1994) ressaltam que, apesar de abordarem pontos de vistas diferentes com relação ao sistema de informação, e por isso, deve ser verificado a relevância de sua permanência no sistema, eles “[...] permitem uma economia de tempo e de esforços no tratamento e na utilização do documento”.

Outras tipologias de resumos são mencionadas por Lancaster (2004):

- Resumo indicativo;
- Resumo informativo;
- Resumo estruturado;
- Resumos modulares,
- Mini resumos; e
- Resumos telegráficos.

Dos resumos citados anteriormente, os mais mencionados na literatura da área são os indicativo, informativo e crítico (resenha). O primeiro “[...] descreve (indica) de que trata o documento, enquanto o resumo informativo procura sintetizar a substância do documento, inclusive seus resultados”. (LANCASTER, 2004, p. 101).

A NBR 6028 (2003) define resumo crítico como um “resumo redigido por especialistas com análise crítica de um documento. Também chamado de resenha. Quando analisa apenas uma determinada edição entre várias, denomina-se *recensão*.”

O autor afirma que é improvável que um resumo indicativo sirva como substituto do documento original, pois seu objetivo principal consiste em indicar se o leitor do resumo deve, ou não, querer ter acesso ao original.

Os resumos devem ser concisos, autossuficientes, e objetivos. (GUINCHAT; MENO, 1994). Para Lancaster (2004), as características de um bom resumo são:

[...] brevidade, exatidão e clareza. O resumidor deve evitar redundância. O resumo deve, principalmente, ser estruturado a partir

das informações contidas no título do item e não repeti-las [...] O resumidor também deve omitir informações que o leitor provavelmente já conheça ou não lhe interessem diretamente [...]. Quanto menor, melhor será o resumo, desde que o sentido permaneça claro e não sacrifique a exatidão. (LANCASTER, 2004, p.113).

Um bom resumo não é apenas mensurado de acordo com a quantidade de termos que possui. Guinchat e Menou (1994, p. 191-192) ressaltam que as qualidades do resumo consistem em:

- Concisão: “deve-se evitar o uso de expressões que possam ser substituídas por palavras;”
- Autossuficiência: “a descrição do conteúdo deve ser completa e inteligível, sem que seja necessário referir-se a outra fonte [...]”
- Objetividade: “devem ser evitadas interpretações ou apreciações pessoais do autor do resumo.”

A NBR 6028 (2003) concede algumas diretrizes para a dimensão do texto do resumo. Contudo, mais importante que considerar o quantitativo de palavras na elaboração de resumos, é observar se o texto redigido irá fornecer as informações necessárias para o objetivo ser alcançado.

3.3.5 Quanto a sua extensão os resumos devem ter:

- a) de 150 a 500 palavras os de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e outros) e relatórios técnico-científicos;
- b) de 100 a 250 palavras os de artigos de periódicos;
- c) de 50 a 100 palavras os destinados a indicações breves.

Os resumos críticos, por suas características especiais, não estão sujeitos a limite de palavras. (NBR 6028, 2003, p. 2).

Diferentemente da indexação, os resumos não fazem uso de linguagens controladas. Por isso, para preservar as características que lhes são essenciais, ao redigir os textos, é de suma importância que o resumidor não ceda aos devaneios da linguagem natural.

3 A ANÁLISE DOCUMENTÁRIA IMAGÉTICA

Ao tentar definir o conceito de “documento” é possível encontrar inúmeras definições. Em Guimarães (2002) apud Guimarães (2009), o documento é abordado como o “[...] representante ou substituto de ideias e criações [...]”. Com esta afirmação, é possível notar que a conceituação do termo dispensa a associação do mesmo a um tipo de formato ou suporte; para o autor o documento corresponde a um “registro do conhecimento”.

Embora a conceituação do termo “documento” vá além do universo verbal/textual, em uma análise minuciosa da literatura referente à análise documentária, observa-se, em geral, uma considerável tendência em abordar o tema no escopo do tratamento de documentos textuais.

Não há como prever um padrão universal para tratamento documentário. Além de cada instituição adotar um método diferente da outra, cada tipologia documentária possui aspectos ímpares e que precisam ser abordados de forma diferenciada.

Se no tratamento documentário “textual”, o profissional já enfrenta inúmeros desafios, ao adentrar no universo do tratamento de “imagens”, esse quantitativo só tende a aumentar. Smit (1987) oferece uma clara ilustração do penoso trabalho que é o tratamento de imagens a nível de documentação:

O comportamento do usuário/pesquisador de imagens em fototecas é totalmente distinto do comportamento de alguém que procura um livro. Se esse não tem idéia de título ou autor do livro, mas sabe que está procurando informações sobre bases de dados bibliográficos, o título do livro de Murilo Bastos da Cunha "Bases de dados e bibliotecas brasileiras" lhe interessará e, pelo menos de imediato, o leitor considerará que obteve uma resposta à sua pergunta. Entretanto, se o usuário procura uma imagem de um pescador na beira de um rio, pode acontecer que ele encontre 30 ou 40 fotos que se inserem no assunto, mas que nenhuma resolve o problema... (SMIT, 1987, p. 100).

Há uma clássica dicotomia presente com relação a qual perspectiva adotar ao analisar uma imagem:

[...] ou se considera que a análise da imagem não tem nada de específico e que as boas e comprovadas técnicas da análise documentária resolvem perfeitamente a questão, ou então já se parte do princípio de que as técnicas de análise de documentos escritos não são apropriadas para analisar imagens. (SMIT, 1987, p. 101).

Conforme afirma Lancaster (2004, p. 215), se “a recuperação de imagens difere mais de perto da recuperação de textos porque os usuários de bases de dados podem querer pesquisar sobre uma ampla variedade de características que vão desde as muito exatas [...] até as muito imprecisas [...]”, logo, pode-se dizer que a representação do conteúdo temático imagético também ocorre de forma distinta.

Besser (1997) apud Lancaster (2004) destacou a singularidade da indexação voltada para imagens. Devido ao fato das imagens possuírem pouca, ou às vezes, nenhuma informação escrita, os métodos de tratamento documental tradicionais não podem ser simplesmente estendidos a elas. As unidades de informação portadoras de grandes coleções de imagens, como os museus, por vezes atribuem termos a essas que não são significativos e de fácil compreensão para o público geral.

Smit (1996) destaca que a análise da imagem fotográfica

[...] não pode ser pensada a partir de uma transposição automática dos procedimentos de Análise Documentária desenvolvidos para o texto, por duas razões primordiais [...]:

- o estatuto da imagem fotográfica distingui-a do texto;
- a utilização da imagem fotográfica (e da imagem em geral) não se baliza unicamente por seu conteúdo informacional, mas também por sua expressão fotográfica. (SMIT, 1996, p. 29).

A representação do conteúdo temático de uma imagem nunca estará completo; aqui a questão não é o nível de especificidade. Por vezes, o usuário irá encontrar imagens que estão de acordo com a temática do seu interesse, todavia por apresentar um ou outro atributo que não lhe é conveniente, a imagem será descartada.

Quem trabalha com imagens sabe que poderá se defrontar com um usuário procurando um rosto de velha, com cabelos grisalhos, presos, de óculos e muitas rugas. A velhinha precisa usar um colar clássico e trajar um vestido igualmente clássico, verde de preferência. A foto deve mostrar a velhinha meio de lado e esta deve transmitir uma impressão positiva. A tristeza da velhice não pode aparecer. Muito bem. Supondo que a fototeca encontre uma foto que corresponda perfeitamente à pergunta formulada, ainda é bastante provável que esta não seja aprovada, porque: a gola do vestido não agradou; os cabelos estão muito ralos; o sorriso é meio triste... (SMIT, 1987, p. 100).

Além dessa e outras nuances, há que se mencionar que além da pluralidade da tipologia documental, as diversas formas de apropriação da imagem irão incidir sobre a representação do conteúdo na análise documental imagética. As imagens fotográficas serão tratadas por uma ótica diferente daquelas voltadas para o campo

da arte, e essas, por sua vez, se divergem do tratamento de arquivos audiovisuais, e assim por diante.

Em se tratando de imagens e arquivos sonoros, Lancaster (2004, p. 14) afirma que “são áreas difíceis, pois abarcam campos, como tecnologia da fala, visão computacional, e compreensão de documentos, que ultrapassam em muito o escopo da maioria das aplicações da indexação.”

Os documentos audiovisuais podem ser assimilados em diversos níveis e, geralmente desperta mais aspectos emocionais do que uma imagem estática. Um documento textual pode apresentar a descrição de um determinado artefato. A fotografia pode representar, de forma mais compreensível, as informações que estão contidas no texto. (GUINCHAT; MENO, 1994).

Ao considerar as implicações do tratamento de obras fílmicas – imagens em movimento –, deve-se considerar aspectos que vão além do documento a ser analisado, são eles: *a informação projetada no filme; as imagens fixas de parte do filme; as sequências do filme; as sequências congeladas do filme; e os documentos produzidos para o filme*. Neste sentido, é adotado um sistema de representação temática que enquadra todas as manifestações da obra fílmica: as linguagens textual, imagética e sonora. (CORDEIRO, 2000, p. 77).

No universo das imagens voltadas para o campo da arte, Layne (2002) apud Lancaster (2004) salienta a seguinte questão: adotar um vocabulário especializado ou abordar descrições mais gerais da obra? Sabendo que as instituições detentoras de coleções artísticas recebem, além do público geral, usuários especialistas, então

[...] talvez valha a pena ponderar quanto ao uso de um vocabulário especializado além do vocabulário geral. Por exemplo, uma imagem de tulipas seria indexada como ‘tulipas’ ou mesmo ‘flores’ para usuários comuns, e os nomes científicos das espécies [...], seriam empregados como termo de indexação, caso houvesse botânicos entre os usuários pretendidos. (LANCASTER, 2004, p. 11).

Algumas imagens distinguem-se de outras porque, segundo Svenonius (1994) apud Lancaster (2004), são linguisticamente indeterminadas:

[...] embora algumas imagens (por exemplo, em textos médicos) destinem-se a transmitir informações, essa não é de fato a finalidade de pinturas e outras formas artísticas. Embora algumas representem pessoas ou objetos que podem ser descritos verbalmente, outras são, ‘linguisticamente indeterminadas’. (SVENONIUS, 1994 apud LANCASTER, 2004, p. 218).

Já no caso de imagens inseridas em um ambiente textual, como no caso de uma matéria jornalística, a seleção dos termos que serão utilizados para a descrição poderão ser extraídos do próprio texto. (LANCASTER, 2004).

Sobre as imagens fotográficas, Manini (2009, p. 2) traz o seguinte questionamento: “como tratar documentariamente uma imagem fotográfica digital depositada em acervo institucional – notadamente num arquivo – no que tange à sua fidedignidade com relação à realidade tratada?” Para a autora

o sentido não está na imagem, mas na trama de um conjunto de coisas: fotógrafo, filtros, objeto fotografado, etc. Este conjunto de possibilidades, especialmente os recursos técnicos, é que contribuirão de maneira decisiva para a escolha de imagens pelos usuários, no momento da recuperação de informações visuais, a partir da Dimensão Expressiva das fotografias. (MANINI, 2009, p. 4).

Em face das múltiplas possibilidades de leitura de um documento visual, Brown et al. (1996) apud Lancaster (2004), referindo-se à indexação de imagens, propôs um método de tratamento colaborativo/democrático da informação imagética.

Lancaster (2004) explica que

os métodos colaborativos de indexação são, obviamente, mais viáveis em ambiente de biblioteca digital. Isto é, usuários de uma biblioteca podem oferecer novos termos de indexação aos itens que consultam, e esses termos fornecidos pelos usuários serão então armazenados em novo campo do registro. (LANCASTER, 2004, p. 12).

O método colaborativo citado acima é interessante em algumas situações. Contudo, como afirma Mai (2000) apud Lancaster (2004, p. 13), pautar-se “exclusivamente no aspecto da representação, ignorando os usuários futuros”, é correr o risco de representar os documentos de uma forma que não terá qualquer utilidade para os usuários potenciais.

Para que as imagens fotográficas – objeto de estudo deste trabalho – sejam representadas de forma que tenham serventia para os usuários é necessário respeitar, não apenas o conteúdo informacional, mas também sua expressão fotográfica, como salienta Smit (1996), ou também denominada como dimensão expressiva por Manini (2002).

3.1 MÉTODOS DE ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DA IMAGEM FOTOGRÁFICA

A análise documentária consiste basicamente na elaboração de resumos e da seleção de termos para a indexação. Assim como na metodologia de análise de um documento textual há princípios/regras essenciais que precisam ser seguidos, no tratamento de imagens não é diferente.

Ainda que o termo “imagem”, conforme Smit (1996, p. 29), faça referência a uma variedade “[...] de documentos iconográficos ou de ilustrações, incluindo pinturas, gravuras, posters, cartões postais, fotografias, etc.”, este trabalho se limitará ao estudo do tratamento da imagem fotográfica. Embora todas as tipologias citadas acima estão inseridas na categoria imagética, elas “[...] não demandam as mesmas lógicas de tratamento documentário – uma vez que suas modalidades de uso são distintas.” (SMIT, 1996, p. 29).

Com os recursos tecnológicos provenientes do desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), o caráter testemunhal e de autenticidade atribuído à fotografia teve seu valor redefinido pelo que hoje é chamado de “digital”. Esse redesenho de parâmetros, alterou a designação do termo “fotografia” para “imagem fotográfica”. (MANINI, 2009).

A capacidade de reprodução fotográfica possibilitada pelo avanço tecnológico e a utilização de novas apropriações para o tratamento da imagem, mesmo que preservem o conteúdo da obra, degrada a imagem fotográfica à um recôndito de desconfiança, anulando sua função como prova testemunhal. (BEJAMIM, 1987).

Com relação à autenticidade da obra, Benjamim (1987), afirma o seguinte:

A autenticidade de uma coisa é a quintessência de tudo o que foi transmitido pela tradição, a partir de sua origem, desde sua duração material até o seu testemunho histórico. Como este depende da materialidade da obra, quando ela se esquia do homem através da reprodução, também o testemunho se perde. Sem dúvida, só esse testemunho desaparece, mas o que desaparece com ele a autoridade da coisa, seu peso tradicional [...]. Na medida em que ela multiplica a reprodução, substitui a existência única da obra por uma existência serial. (BENJAMIM, 1987, p. 168).

Lacerda (1993, p. 47) pontua uma considerável questão relacionada à reprodução imagética. A autora traz a seguinte indagação: “Quanto se ganha e quanto se perde ao induzirmos o usuário ao contato direto com a imagem computadorizada em detrimento do contato com o formato original?” É importante mencionar que

questões que se referem à história da técnica daquele registro ou informações que não passam necessariamente pelo conteúdo da imagem reproduzida são indispensáveis ao enriquecimento de sua potencialidade enquanto fonte documental. Se, por um lado, é inegável a importância que essas novas tecnologias vêm adquirindo por sua atestada eficácia na otimização do tratamento técnico e da recuperação da informação em arquivos, por outro lado, o usuário - base e eixo de toda essa operação - deve levar em consideração que as imagens em computador se tornam uniformes, sendo importante não tomá-las pelos próprios originais fotográficos. É bom lembrar que por trás da multiplicidade de ofertas que um sistema computadorizado oferece, deve-se não perder de vista o objeto fotográfico como um elemento original e insubstituível. (LACERDA, 1993, p. 47).

Embora passível de contestações, a imagem moldada pelo digital, aqui é referido àquelas inseridas em bancos de dados, é passível de maior acesso por parte dos usuários do que aquelas que ainda permanecem em seu aspecto físico. Sem dúvida, todas as representações da imagem, seja ela física ou digital, tem seu valor.

Manini (2009, p. 5) afirma que a fotografia não é única e, por sua vez, não se limita a si mesma. A autora considera que “a ela sempre é possível relacionar uma outra, ou um texto, ou uma informação originária do receptor”. A fotografia é um objeto em que se representa um conjunto de informações, entre elas estão o “processo fotográfico utilizado, a dimensão, a cromia”, entre outros. (MANINI, 2009).

Ao descrever uma imagem fotográfica, à nível documental, é importante observar alguns aspectos que, segundo Lacerda (1993), torna a imagem “identificada”. Há sempre dúvidas com relação ao que se considerar informação em uma imagem fotográfica e até que ponto uma fotografia pode ser informativa. Comumente aceita e adotada pelas diversas unidades de informação, algumas características informacionais que uma fotografia detém e que são padrões para descrição de imagens foram apresentadas por Lacerda (1993, p. 41) da seguinte forma:

- Código do documento
- Autor
- Título ou legenda (compreende a descrição do evento e das pessoas retratadas)
- Local
- Data
- Descrição física do documento (tipo, cromia, dimensões)
- Notas

Essas informações apresentadas pela autora constituem-se à nível de catalogação que, somadas aos termos de indexação, irão compor a ficha catalográfica.

Uma observação importante a se fazer ao descrever uma imagem é que “diferentemente do texto escrito, não há na fotografia palavras explícitas. O indexador deve buscá-las no “silêncio da imagem, baseado apenas em sua vivência e conhecimento.” (PATO; MANINI, 2013).

Quando a imagem fotográfica é considerada como fonte informacional ou documentária, é necessário a atribuição de uma legenda que faça referência à imagem. Ainda que muito se pronuncie a respeito da independência da imagem com relação ao texto escrito, a imagem detém de alguns sistemas de comunicação que lhe são intrínsecos e diferentes dos verbais. Aqui não se trata de relegar essa característica, contudo esse tipo de apropriação comunicativa não é oriundo de uma linguagem natural, mas sim construída ao longo de um processo de registro; isto é, a descrição física e temática da obra. (LACERDA, 1993).

Ao analisar informacionalmente uma imagem “[...] é importante lembrar que, em se tratando de um arquivo depositado numa instituição de memória, deve-se considerar o conjunto do qual a foto é parte integrante.” (LACERDA, 1993, p. 48). Por vezes, uma imagem observada isoladamente não possui sentido completo e, por mais que ela possa falar por si, é o conjunto ao qual ela está inserido que pode refletir uma ligação entre esse e quem o acumulou. Definir essa relação é essencial, na medida em que “implica pensar no que orientou o titular a preservar certo registros”. (LACERDA, 1993).

Em sua natureza, a imagem é polissêmica. Por isso, a dúvida quanto às características que devem ser referidas na descrição é uma questão recorrente. “Sob uma perspectiva arquivística, o conjunto maior em que esteja contida a fotografia é o primeiro – senão o único – indicador de qual rumo se deve tomar.” (MANINI, 2009, p. 11).

A imagem fotográfica deve ser associada a um documento que representa algo – o referente –; isto é, o (s) objeto(s) fotografado(s). Na análise documentária a imagem fotográfica deve ser tratada mediante a associação dos seus dois componentes: “o próprio documento e o objeto enfocado (o referente).” (SMIT, 1996).

A compreensão do termo “referente” se faz necessária para a “razão de ser” da imagem fotográfica. Shatford (1986, p. 51) apud Smit (1996, p. 30) “aponta para a natureza da possível distinção entre texto e imagem: o texto representa o objeto por convenção, enquanto a imagem o representa por projeção”. Essa representação por projeção relaciona-se à ‘teimosia do referente de estar sempre presente’. (BARTHES, 1989, p. 19 apud SMIT, 1996, p. 30).

A fim de nortear a prática da análise documentária da imagem fotográfica, SMIT (1996) propõe a observação de 3 níveis propostos por Erwin Panofsky (1979):

- nível **pré-iconográfico**: nele são descritos, genericamente, os objetos e ações representados pela imagem;
- nível **iconográfico**: estabelece o assunto secundário ou convencional ilustrado pela imagem. Trata-se em suma, da determinação do significado mítico, abstrato ou simbólico da imagem, sintetizado a partir de seus elementos componentes, detectados pela análise pré-iconográfica;
- nível **iconológico**: propõe uma interpretação do significado intrínseco do conteúdo da imagem. A análise iconológica constrói-se a partir das anteriores, mas recebe fortes influências do conhecimento do analista sobre o ambiente cultural, artístico e social no qual a imagem foi gerada. (PANOFSKY, 1979 apud SMIT, 1996, p. 30).

Gardin (1974) apud Smit (1996) afirma que a iconologia não possui serventia para o âmbito documentário. Como essa remete a elaboração de uma teoria para se observar a imagem de “fora”, diferentemente das duas etapas anteriores (pré-iconografia e iconografia) que analisam a imagem pelo que ela representa, a iconologia torna-se um objeto de estudo para o campo da História, Antropologia, Sociologia, entre outros.

Há certa dúvida com relação a seleção dos termos para a representação do conteúdo de uma imagem. Smit (1996, p. 33) destaca algumas perguntas recorrentes (relacionadas aos aspectos “quantidade” e “prioridade”) que são feitas a fim de solucionar a questão: “Quantos descritores são necessários para “bem” representar uma imagem? “

“O que enfatizar na descrição?”

“O que selecionar e o que ignorar? “

“Em resumo, que critérios de seleção empregar?”.

Smit (1987) estabelece uma lista de características, inicialmente elaborada por Bléry (1981) que devem ser descritas na análise documentária imagética a fim de evitar tanto a omissão quanto o excesso de termos:

- a. questões de "técnica" da produção da imagem, caso estes detalhes sejam "visíveis" (vista aérea, alto-contraste etc.);
- b. localização da imagem no espaço - termos geográficos ou então descrição do lugar: Pico da Bandeira ou interior de danceteria;
- c. localização da imagem no tempo - tempo histórico (anos 30) ou então, quando a imagem é atual, questões de época do ano, dia/noite, hora do dia etc.;
- d. quando a imagem focaliza seres vivos, estes devem ser descritos com certas precisões: idade, sexo, raça, atitude, tipo de roupa etc.;
- e. as ações destes seres vivos não podem ser esquecidas mas descritas em função daquilo que a imagem mostra e não em relação ao ato global no qual a imagem se insere. Neste sentido, não há fotos de "lançamento de nave espacial", há "astronauta, em traje especial, se dirigindo para a nave espacial". A fototeca pode até decidir que o ato global ("lançamento de nave espacial") também deve ser indexado, complementando a descrição da imagem propriamente dita: a documentação audiovisual leva a esta peculiaridade, ou seja, a "dupla indexação", também chamada "indexação em dois níveis";
- f. por último, deve-se descrever o ambiente no qual o ser vivo se encontra, quer seja elemento natural (praia, bosque, campo) ou artefato (casa, carro, cadeira). Caso não haja seres vivos na imagem, estes detalhes já foram descritos por ocasião do item b. acima. (Bléry, 1981 apud SMIT, 1987, p. 108-109).

Smit (1987) declara que todos esses aspectos descritivos irão coincidir com a determinação das categorias Quem, Onde, Quando, O que e Como – que serão abordadas com mais detalhes posteriormente – e, assim, nenhum aspecto relevante será desprezado.

A autora ainda afirma que para se evitar excessos na descrição de imagens é necessário observar o 1º e o 2º plano da fotografia. Neste caso, esse último apenas será representado caso contribuir para a modificação da leitura da imagem no 1º plano. Como exemplo é citado uma imagem fotográfica que apresenta uma atriz famosa em 1º plano. Caso o 2º plano limite a localização da atriz no tempo e no espaço determinados, deverá ser mencionado e, este por menor que esteja representado na foto, deverá ser descrito.

Manini (2009) aponta que a temática da Análise documentária de fotografias é recente no Brasil e carece de estudos e desenvolvimento. Se a conservação de fotografias requer métodos específicos e diferentes do documento textual, já que possui uma composição físico-química diferente desse, ao migrar para o tratamento temático da informação imagética, uma considerável riqueza de detalhes oriundos dessa prática fazem perceber sua singularidade.

A seleção de termos para a indexação pode ser realizada por intermédio da própria fotografia ou do resumo que foi construído a partir da mesma, ou ainda, da legenda que pode estar acompanhando a imagem. (MANINI, 2002).

A diferença da elaboração de resumos e o estabelecimento de termos para a indexação de imagens é significativa quando comparada com textos escritos. Como esses são compostos por uma linguagem verbal, a seleção de termos torna-se mais rápida e objetiva. Entretanto, a multiplicidade de sentidos que uma imagem pode provocar torna sua análise um processo dispendioso. (MANINI, 2009). Além disso, anterior à Análise Documentária de imagens, é necessário que “[...] todos que se deparam com sistemas documentários de tratamento de informações imagéticas necessitam, antes, aprender a ler fotografias.” (MANINI, 2009, p. 7).

Para a autora, independentemente do método de análise utilizado, essa leitura é uma aptidão que, para ser alcançada, deve ser buscada. A leitura do profissional da informação alinha a leitura que o usuário fará do documento. Manini (2009) enuncia que esse alinhamento diz respeito “[...] à elaboração de um resumo e a indexação”.

A tradução do imagético para o textual é a própria escolha do termo de indexação, a definição da marca de transposição do visual para o verbal. Percebe-se, então, exatamente, a importância do profissional da informação: ele deve ter um conhecimento mínimo sobre o conteúdo do documento que está analisando, bem como conhecer os interesses dos usuários do acervo e a política da instituição e ter acesso aos mecanismos de controle de vocabulário. (MANINI, 2009, p. 10).

Se, ao elaborar um resumo de um documento textual já é uma tarefa desafiadora, quando se trata de resumir uma imagem essa prática adquire outras proporções. Manini (2002) afirma que apesar da fotografia ser um recorte de algo maior, não significa que ela representa uma síntese desse universo maior. “Ela é um recorte, mas, após o clique, passa a ser algo inteiro, uma unidade quando de sua construção enquanto linguagem e técnica.” (MANINI, 2002, p. 53).

Para a autora, resumir uma fotografia é uma tarefa guiada pela seleção de algumas características em detrimento de outras. Devido a imagem ser polissêmica em sua essência, quando se resume uma fotografia, não apenas se reduz seu conteúdo imagético, mas também as diversas alternativas de leitura que uma fotografia permite ao observador. (MANINI, 2002).

Como esclarecido anteriormente, as imagens não fazem uso dos códigos de comunicação da linguagem verbal. Por isso, o profissional da informação que trabalha

com imagens fotográficas não pode abrir mão da pesquisa a outros documentos que auxiliem na completude da descrição informativa iconográfica. Nesta perspectiva de olhar o documento fotográfico “será sempre necessário relacionar imagens entre si e imagens com textos e outros documentos, afinal o arquivo é um organismo pulsante que transpira significados.” (MANINI, 2009, p. 9).

Quanto à indexação de imagens, Layne (1994) atribui dois aspectos a serem notados: “[...] a indexação de imagens deve permitir o acesso por meio dos atributos que lhes são próprios; e segundo, este acesso deve permitir a recuperação de um conjunto de imagens que relacionam-se entre si e não somente uma única imagem.” (LAYNE, 1994, p. 583, tradução nossa).

De fato, como ressalta Manini (2002), a elaboração de resumos de imagens fotográficas e a atribuição de termos para a indexação é uma tarefa nada fácil, pois é no estágio da tematização que o profissional da informação executa a ação mais importante no nível da análise documentária; isto é, fazer a junção de palavras, seja em forma de texto – resumo – ou na designação dos termos para indexação, que farão com o que o usuário tenha, ou não, interesse pelo documento.

3.2 ANÁLISE DAS CATEGORIAS DE ATRIBUIÇÃO DE ASSUNTO

Como já foi mencionado anteriormente, existem algumas dúvidas com relação aos critérios a serem atribuídos na análise documentária imagética. Com o objetivo de auxiliar na representação temática de imagens, Bléry (1976) utilizou as categorias Quem, Onde, Quando, Como e O que, já utilizadas na área da Análise Documentária de textos, para elaborar uma proposta para a representação do conteúdo imagético. (SMIT, 1996). Essa proposta pode ser analisada no quadro a seguir:

Quadro 1: Categorias para representação do conteúdo imagético.

CATEGORIAS	REPRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO DAS IMAGENS
QUEM	Identificação do “objeto focado”: seres vivos, artefatos, construções, acidentes naturais, etc.
ONDE	Localização da imagem no “espaço”: espaço geográfico ou espaço da imagem (p. ex. São Paulo ou interior de danceteria)

QUANDO	Localização da imagem no “tempo”: tempo cronológico ou momento da imagem (p. ex. 1996, noite, verão).
COMO/O QUE	Descrição de “atitudes” ou “detalhes” relacionados ao “objeto enfocado”, quando este é um ser vivo (p. ex. cavalo correndo, criança trajando roupa do século XVIII).

Fonte: (SMIT, 1996, p. 32).

Com relação à categoria “Como”, Bléry ainda propôs que fosse relacionada com as técnicas empregadas para a produção da fotografia (SMIT, 1996); temática que será abordada posteriormente.

Ao se referir aos níveis para descrição de imagens desenvolvidos por Panofsky (1979), Shatford (1986) apud Smit (1996), tendo em consideração que um usuário pode buscar uma imagem sob dois aspectos distintos, declarou que toda imagem deve ser representada visando seu conteúdo genérico – nível pré iconográfico – e específico – nível iconográfico.

Para a autora

o usuário só pode formular suas necessidades informacionais em termos do que ele já conhece, ou seja, resgatando a terminologia de Panofsky: se um usuário só entende o sentido pré-iconográfico de uma imagem (p. ex.: ponte), ele não pode formular suas necessidades em termos iconográficos (p.ex.: Ponte das Bandeiras), muito embora imagens que tenham sentido iconográfico (a "Ponte das Bandeiras", ou sua vizinha, a "Ponte Cruzeiro do Sul") satisfaçam suas necessidades. (SHATFORD, 1986. p.47 apud SMIT, 1996, p. 31).

Neste sentido, o referente – o objeto fotografado – pode revelar-se em dois níveis: um referente genérico e um referente específico. (SMIT, 1996). A manifestação de ambos, ou apenas um deles, dependerá da ótica do observador; isto é, seu conhecimento com relacionado ao objeto fotografado.

Além dessas duas representações – DE genérico e DE específico –, Shatford ressaltou que a descrição de uma imagem deve contemplar o atributo SOBRE, que segundo Smit (1996) é mais subjetivo e “culturalmente” determinado do que o DE genérico e o DE específico. Deve-se ter muita cautela ao referenciar as informações relativas ao SOBRE, pois as mesmas podem ser relevantes ou simplesmente desnecessárias.

No tocante à proposta de Shatford, ilustrada no quadro 2, Manini (2002) relata que a autora

[...] parte da categorização de Panofsky (níveis pré-iconográfico, iconográfico e iconológico) para desenvolver suas considerações a respeito do DE e do SOBRE. Ela os distingue da seguinte maneira: uma análise iconográfica possibilita que se identifique especificamente DE que é uma imagem, mas também torna possível a percepção de alegorias, personificações e símbolos para analisar SOBRE o que é uma imagem. (MANINI, 2002, p. 74).

Quadro 2: Atributos para análise da imagem propostos por Shatford (1986) em relação à teoria de Panofsky (1979).

PANOFSKY	SHATFORD
Nível iconográfico; significado fatural	DE genérico
Nível iconográfico; significado fatural	DE específico
Níveis pré- iconográfico + iconográfico; significado expressivo	SOBRE

Fonte: (SMIT, 1996, p. 32).

Para complementar o processo de descrição de imagens, Smit (1996) resgata as categorias desenvolvidas por Bléry (1976) e insere os atributos DE genérico, DE específico e SOBRE, concebidos por Shatford (1986); conforme resumidos no quadro a seguir:

Quadro 3: *Quem, Onde, Quando e O que* sob a análise do DE genérico, DE específico e SOBRE.

CATEGORIAS	DE genérico	DE específico	SOBRE
QUEM			
ONDE			
QUANDO			
O QUE			

Fonte: (SMIT, 1996, p. 33).

De acordo com o relato de Smit (1997) apud Manini (2002), embora as categorias elencadas acima possibilitem a extração das informações principais das imagens, elas não serão suficientes já que não respondem às perguntas relacionadas a dimensão expressiva da imagem.

3.3 A DIMENSÃO EXPRESSIVA

O tratamento documentário relacionado às obras textuais raramente se adequa aos padrões da imagem fotográfica. Cada documento tem um função que lhe é própria e por isso, na maioria das vezes, necessitam de cuidados diferenciados. Assim como as outras tipologias documentais, a imagem fotográfica possui uma função e um conteúdo informacional. Contudo a lógica da fotografia é moldada de acordo com a lógica da instituição que a detém. (MANINI, 2002).

De acordo com Smit (1998) apud Manini (2002, p. 86), “a lógica da fotografia está em que ela manifesta um conteúdo informacional; tal conteúdo foi obtido com a concorrência de uma série de intenções.” No entanto, existe uma indagação de elevada importância que foi feita por Smit (1997, p. 2) apud Manini (2002, p. 86): “por que a bibliografia da área da informação preconiza o tratamento da fotografia exclusivamente pelo que esta mostra, ou seja, pelo seu conteúdo informacional [...] desprezando sua Dimensão Expressiva?”

Os estudos feitos por Manini (2002) sobre os usuários de fotografias demonstrou que para esses tanto interessa o objeto fotografado quanto a dimensão expressiva da imagem.

Manini (2007) aponta para o fato de que “[...] os métodos tradicionais de indexação de imagens preocupam-se com a recuperação baseada no conteúdo. Há a necessidade, entretanto, de se considerar também a recuperação da informação visual baseada na forma”; isto é na Dimensão Expressiva.

A importância de considerar a Dimensão Expressiva na análise documentária de fotografias está no fato de que o ponto decisivo de escolha de uma imagem (a partir de um conjunto, fornecido num sistema de recuperação de informações visuais) pode estar justamente na forma como a mensagem imagética foi construída para transmitir determinado conteúdo informacional. (MANINI, 2007).

Para a autora o que vai determinar a escolha de uma ou mais imagens em detrimento de outra(s) será a descrição de sua Dimensão Expressiva; isto é, ela é o “caractere determinante”.

Lacerda (1993) apud Smit (1996) observa que a imagem fotográfica, quando analisada sob o enfoque documentário, é composta de três aspectos:

- **Suporte:** o objeto fotográfico;
- **Expressão fotográfica:** forma adotada para expressar o que se quer transmitir pela imagem;
- **Conteúdo informacional:** aquilo que a imagem mostra.

Com relação à expressão fotográfica, pode-se dizer que corresponde à

[...] forma como uma imagem é mostrada, estando ligada a uma linguagem que lhe é própria e que envolve a técnica específica empregada, a angulação, o enquadramento, a luminosidade, o tempo de exposição, entre outros. Essas três dimensões do registro fotográfico - conteúdo, expressão e forma – é que constroem, em última instância, a mensagem que informa. (LACERDA, 1993, p. 48).

A incorporação da dimensão expressiva para representação de imagens foi um tema proposto em 1976 por Ginette Bléry:

Ginette Bléry propôs ainda outra aceção para a categoria COMO, relacionando-a à **técnica** empregada para gerar a fotografia (p. ex., vista aérea, alto contraste, etc.). Muitas informações provenientes da técnica são altamente relevantes para a representação da imagem [...]. (SMIT, 1996, p. 32).

Smit (1996) apresenta a necessidade de se elaborar uma nova grade para a representação temática da imagem, associando as categorias informacionais Quem, Onde, Quando e O que (somadas aos níveis DE genérico, De específico e SOBRE) às informações relacionadas à expressão fotográfica, ou de acordo com Manini (2002), a dimensão expressiva.

A apropriação da dimensão expressiva para a representação da imagem foi bastante estudada por Smit:

Johanna W. Smit vem apontando para o conceito de Dimensão Expressiva desde seu texto “A análise da imagem: um primeiro plano” (SMIT, 1989), onde fala de “informações técnicas”; passando também por ele em “Novas tecnologias e bancos de imagens” (SMIT, 1994) e no artigo “A representação da imagem” (SMIT, 1996), no qual se encontra a seguinte definição de expressão fotográfica (que preferimos chamar de Dimensão Expressiva): ‘forma adotada para expressar o que se quer transmitir pela imagem’ (SMIT, 1996, p. 34); até chegar ao texto “Propostas para a indexação de informação

iconográfica” (SMIT, 1997), onde incorpora a Dimensão Expressiva à Análise Documentária de Fotografias. (MANINI, 2002).

A dimensão expressiva fotográfica é construída pela técnica fotográfica utilizada no momento de criação da fotografia. Logo, pode-se dizer que a produção interfere diretamente em como a imagem será apreendida. (MANINI, 2002).

Em 1997, Smit faz uso de uma tabela em que elenca as possíveis variáveis a partir das quais uma fotografia expressa seu conteúdo informacional. Manini (2002) fez uma adaptação da tabela apresentada por Smit (1997) onde aborda algumas sugestões de alteração no que tange às variáveis da Dimensão Expressiva:

Quadro 4: Varáveis da Dimensão Expressiva.

RECURSOS TÉCNICOS	VARIÁVEIS
Efeitos especiais	Fotomontagem; estroboscopia; alto-contraste; trucagens; esfumação; etc.
Ótica	Utilização de objetivas (fish-eye, lente normal, grande-angular, teleobjetiva, etc.); utilização de filtros (infravermelho, ultravioleta, etc.); etc.
Tempo de exposição	Instantâneo; pose; longa exposição; etc.
Luminosidade	Luz diurna; luz noturna; contraluz; luz artificial; etc.
Enquadramento	Enquadramento do objeto fotografado (vista parcial, vista geral, etc.); enquadramento de seres vivos (plano geral, médio, americano, close, detalhe); etc.
Posição de câmara	Câmara alta; câmara baixa; vista aérea; vista submarina; vista subterrânea; microtografia eletrônica; distância focal (fotógrafo/objeto); etc.
Composição	Retrato; paisagem; natureza morta; etc.

Profundidade de campo	Com profundidade: todos os campos fotográficos nítidos (diafragma mais fechado); sem profundidade: o campo de fundo sem nitidez (diafragma mais aberto).
-----------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: (MANINI, 2002, p. 91-92).

Esta tabela não corresponde um fim em si mesma. Além de não ser exaustiva e completa, ela está suscetível às transformações tecnológicas; isto é, conforme novas tecnologias vão surgindo, outras variáveis da dimensão expressiva podem ser inseridas na tabela. Entretanto, o importante é que esta tabela irá fornecer informações para alimentar a grade de análise documentária de imagens fotográficas em que a dimensão expressiva está inserida (MANINI, 2002), como representado no quadro abaixo:

Quadro 5: Grade de análise documentária de imagens fotográficas.

	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva
	DE	SOBRE	
Categoria	Genérico	Específico	
Quem/O que			
Onde			
Quando			
Como			

Fonte: (MANINI, 2002, p. 105).

Esta tabela é resultado de uma adaptação feita sobre a grade elaborada por Smit, onde às categorias informacionais pontuadas por essa foi somada a questão da técnica, conferida pela dimensão expressiva fotográfica.

É importante observar que Manini (2002) preferiu abordar as categorias QUEM e O QUE juntas, dissociando esta última da categoria COMO. Para a autora O QUE está mais direcionado ao referente em si; isto é, o sujeito (ou substantivo); por outro lado o COMO exprime uma ideia de ação.

4 O ACERVO FOTOGRÁFICO DO IBGE

O acervo fotográfico do IBGE é heterogêneo. Nele estão presentes os registros produzidos ao longo de sua história, desde sua criação até os dias atuais. Ele é quadripartido nas seguintes coleções: Trabalhos Geográficos de Campo, Tipos e Aspectos do Brasil, Municípios Brasileiros e Eventos Institucionais.

A coleção Trabalhos Geográficos de Campo e Tipos e Aspectos do Brasil é formada por fotografias, das décadas de 1950 e 1960, produzidas durante as expedições realizadas pelo IBGE. A coleção Municípios Brasileiros é composta por fotografias dos municípios de origem diversas. A coleção Eventos Institucionais é formada por fotografias dos eventos promovidos pelo IBGE, dos eventos nos quais o IBGE participou e de servidores que colaboraram com a instituição ao longo dos anos. (IBGE. Biblioteca).

O acervo está disponível online para consulta e pode ser acessado tanto pelo site da biblioteca quanto pelo site Cidade@. Porém, nesse último as imagens somente são recuperadas com a informação do código ou nome da cidade no campo de busca; isto é, não há possibilidade de se fazer buscas por assunto, como no site da biblioteca.

A metodologia utilizada para a descrição das imagens é o Manual de indexação de documentos fotográficos, elaborado pela Biblioteca Nacional, em 1998. Nessa obra são mencionados os seguintes termos que devem ser contemplados na indexação: nome pessoal, nome de entidade, nome do evento, título uniforme, nome geográfico, gênero da fotografia e característica física da fotografia.

Os profissionais responsáveis pelo tratamento desse acervo ainda estão trabalhando na digitalização das fotografias, e, portanto, ele ainda não está completo. Além das fotos pertencentes a instituição, ela recebe, via e-mail, fotografias enviadas pelo próprios usuários. Contudo, nem todas são incorporadas ao acervo. Para isso, é necessário que elas se enquadrem aos padrões estabelecidos pela biblioteca.

Durante a visita à instituição foi relatado que o software utilizado para o gerenciamento do acervo fotográfico possui uma interface básica. Por isso, ele não é considerado uma base de dados, mas sim um catálogo institucional, onde apenas é possível visualizar a estatística geral de usuário, mas não fornece dados específicos consoante ao acervo - a biblioteca não tem acesso, por exemplo, quais as informações mais buscadas pelos usuários -, fato que dificulta a implantação de ações que possam aprimorar o serviço oferecido pela instituição.

4.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS IMAGENS FOTOGRÁFICAS

A amostra das imagens analisadas neste trabalho foi selecionada no site Cidades@ e no catálogo online do acervo fotográfico da biblioteca.

A escolha das imagens não ocorreu de forma aleatória. Para que a análise das imagens figurasse a mesma temática, anterior à seleção das mesmas, foi delimitado um tema comum inerente à todas elas. As fotografias selecionadas pertencem à coleção “Municípios brasileiros” e abrangem os seguintes critérios: região sudeste – arquitetura/edifícios – século XX.

4.2 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

As 20 imagens selecionadas fazem parte da coleção Municípios brasileiros do acervo fotográfico do IBGE. Elas foram analisadas individualmente sob a ótica da grade de análise documental de Imagens Fotográficas proposta por Manini (2002), como mostra o apêndice². As imagens também foram avaliadas em conjunto, como mostra o quadro 6, onde é evidenciado as categorias contempladas de uma forma geral.

Cada imagem está representada no catálogo online do acervo fotográfico do IBGE de acordo com os seguintes critérios: ID, código de localidade, município, tipo de material, título, local, editor, ano, descrição física, série, notas, assuntos e títulos secundárias. Como a temática deste trabalho refere-se à representação temática (indexação e resumo), aqui apenas serão abordados os *assuntos* relativos às imagens fotográficas e as *notas*.

Antes de mencionar os aspectos relativos à indexação, é necessário abrir um parêntese para abordar a constituição dos resumos, ou notas (designação adotada no catálogo online do acervo fotográfico). Como já foi mencionado, a Biblioteca do IBGE recebe fotografias que são enviadas pelos próprios usuários. Antes de serem digitalizadas, essas imagens passam por um processo de “filtração”, onde são descartadas as imagens que não se adequam aos padrões estabelecidos pela instituição.

² No apêndice, cada imagem foi referenciada de acordo com seu número de identificação (ID), atribuído pelo software da instituição.

Muitas dessas fotografias, além das que já fazem parte do domínio da instituição, não apresentam informações que possam ser consideradas válidas para descrição imagética. Por isso, os profissionais responsáveis pelo tratamento dessas imagens recorrem a outros recursos como forma de obter os dados necessários que possam completar as descrições física e temática da fotografia. As notas, por exemplo, são elaboradas em função de pesquisas em sites da prefeitura local, blogs institucionais, entre outros. De certa forma, a grande maioria dos termos utilizados na indexação são provenientes de pesquisas feitas em outras fontes e que compõem os resumos, ou notas, como é o caso.

O texto do resumo das imagens analisadas relatam um recorte histórico daquela instituição, estabelecendo sua relação com a cidade a qual faz parte.

De forma geral, as imagens analisadas somam um total de 103 descritores. A atribuição desses varia entre 3 a 10 termos por imagem.

Das 10 categorias utilizadas para a avaliação das imagens (quem/o que genérico, quem/o que específico, onde genérico³, onde específico, quando genérico, quando específico, como genérico, como específico, sobre e dimensão expressiva), apenas 6 delas são referenciadas na indexação, conforme mostra o quadro 6.

Quadro 6: Categorias contempladas pelos descritores.

CATEGORIAS	IMAGENS	
	Quantidade	Percentual
Quem/ O que genérico	18	90%
Quem/ O que específico	2	10%
Onde genérico	19	95%
Onde específico	20	100%
Quando genérico	—	—
Quando específico	—	—
Como genérico	—	—
Como específico	—	—
Sobre	6	30%
Dimensão Expressiva	2	10%

³ Neste trabalho, foram considerados pertencentes à categoria “Onde genérico” e “Onde específico” os termos relacionados ao Estado e à cidade, respectivamente.

Diante da observação dos descritores representados em cada imagem, retratados no apêndice, é possível notar que a indexação realizada pela instituição não é feita de forma exaustiva, nem retrata informações específicas da imagem; como exemplo as fotografias 1 e 2.

Fotografia 1: Teatro Municipal do Rio de Janeiro.



Fonte: Catálogo online do IBGE.

Assuntos: Rio de Janeiro (Estado); Rio de Janeiro (RJ); Teatros

Fotografia 2: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



Fonte: Catálogo online do IBGE.

Assuntos: São Paulo (Estado); São Paulo (SP); Universidades e faculdades

Em nenhuma dessas imagens observa-se a atribuição de termos que se referem ao Quem/O que específico. O nome de ambas instituições apenas é encontrado em outros atributos utilizados para descrição, mais especificamente, no campo “título”. Das imagens analisadas, apenas 10% podem ser recuperadas pelos termos de indexação pelo “Quem/ O que específico”.

A categoria “Como” a imagem está sendo retratada não é mencionada em nenhuma das imagens utilizadas. Revelar como uma imagem está representada é um aspecto muito importante pois mostra ao usuário o que ele pode, ou não, esperar daquela imagem.

Como o propósito desta coleção é reunir os municípios brasileiros, as categorias “Onde específico” e “Onde genéricos”, são muito bem referenciados na indexação.

Apesar de ser importante mencionar as 10 categorias utilizadas para a análise imagética, o importante para este trabalho é a Dimensão Expressiva. Das 20 imagens selecionadas, apenas 2 delas - 10% - (fotografias 3 e 4) fizeram menção a esta categoria, onde foram atribuídos os termos vistas aéreas e vistas panorâmicas.

Fotografia 3: Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio.



Fonte: Catálogo online do IBGE

Assuntos: Araras (SP); Capelas; Cidades e vilas; Habitações; Igrejas (Edifícios); Paróquias; Praças; São Paulo (Estado); Vistas aéreas; Vistas panorâmicas

Fotografia 4: Colégio Estadual Castello Branco.



Fonte: Catálogo online do IBGE.

Assuntos: Cidades e vilas; Edifícios escolares; Escolas; Habitações; Limeira (SP); São Paulo (Estado); Vistas aéreas; Vistas panorâmicas

De acordo com os resultados obtidos e com a visita realizada à biblioteca do IBGE, é possível depreender que a atribuição da dimensão expressiva na indexação não é considerada um atributo de grande relevância para a instituição. Na visita realizada ao setor do IBGE responsável pelo tratamento do acervo fotográfico, foi mencionado que a aplicabilidade da dimensão expressiva é prescindível, visto que não corresponde ao perfil de seus usuários.

Essa afirmação foi baseada na ordem tipológica das fotografias. De acordo com a profissional entrevistada, as imagens fotográficas despertam “emoção” ao usuário, pois representa, por exemplo, a praça da sua cidade onde ele brincava quando criança.

Contudo, esse fato não pode ser afirmado enfaticamente, pois o software utilizado pela instituição não permite um levantamento das pesquisas que são realizadas pelos usuários. Portanto, não há como saber o que realmente é, ou não, de interesse desses.

O que precisa ser esclarecido é que quando a dimensão expressiva fotográfica foi proposta como característica a ser representada na indexação, não se pensou que um usuário iria buscar uma imagem exatamente pela técnica utilizada para sua produção. Isto é, a dimensão expressiva não foi tomada como critério de busca, mas sim como um método de otimização de recuperação imagética pelo usuário.

Neste caso, a dimensão expressiva, como evidencia Manini (2002), é o critério que irá nortear a escolha de uma imagem. Ela irá traduzir, por meio da descrição da técnica de produção, o conteúdo informacional da imagem fotográfica. A mensagem de uma fotografia é anterior a sua constituição como tal. É preciso voltar à técnica para entender o que um fotógrafo quis transmitir com aquela imagem. Talvez, seja até um fotógrafo amador, sem muita experiência técnica, mas que ao utilizar, por exemplo, um filtro para a produção daquela imagem, pretende ressaltar algum aspecto da fotografia; e, nisso também se constitui no conteúdo informacional da imagem.

Em relação ao que foi exposto acima é possível afirmar que, caso a dimensão expressiva seja adotada pela instituição como atributo a ser descrito na indexação, mesmo que o sistema recupere um sem-número de imagens que revele a mesma “praça onde o usuário brincava na infância”, a dimensão expressiva fotográfica será o agente que irá orientar a escolha de uma imagem, ao invés de outra.

Por isso, com base no estudo realizado por Manini (2002), é possível corroborar com a afirmativa feita pela autora: “Os métodos tradicionais de indexação de imagens preocupam-se com a recuperação baseada no conteúdo. Há a necessidade, entretanto, de se considerar também a recuperação visual baseada na forma. (MANINI, 2002, p. 87).

CONCLUSÃO

A temática de análise documentária imagética ainda requer muitos estudos no Brasil. Como já apresentado no decorrer do trabalho, o termo “documento” não se restringe ao textual, mas abrange todo o objeto que contenha um valor informacional, mesmo que esse não se apresente em forma física, como no caso daqueles já originados no universo digital. Não obstante, é possível observar que ainda há uma notória inclinação em se abordar determinadas tipologias documentárias, tal como as imagens, no âmbito do tratamento de documentos textuais.

Devido as imagens possuírem características que lhe são singulares, não há como aplicar o mesmo método utilizado para tratamento de documentos textuais na análise de imagens. E, quando o assunto é fotografias ainda há um outro aspecto que lhe difere das outras tipologias imagéticas, que é sua dimensão expressiva.

Quando as imagens fotográficas estão inseridas em um contexto informacional, é necessário que, na análise documentária, o profissional da informação, a considere como um documento presente dentro de um conjunto maior. Não se pode tratar tematicamente uma imagem limitando-se apenas à unidade, mas sim à coleção, o meio ao qual ela faz parte e que complementa sua mensagem informacional.

O profissional que trabalha com o tratamento documentário de imagens fotográficas deve estar pronto para driblar os inúmeros desafios que surgem durante o processo. Antes de escolher qual método será aplicado para a análise documentária, é necessário que esse profissional aprenda a ler fotografias, pois é essa leitura que irá preparar a leitura que o usuário fará de uma respectiva imagem.

De uma forma geral, as imagens analisadas sob a luz das categorias da grade de análise documentária de imagens fotográficas estão representadas genericamente. Os resumos abordam conteúdos mais gerais, mais precisamente o histórico do “referente” presente na fotografia, contudo, não há uma descrição da imagem em si, como ela está representada, os componentes presentes no 2º plano, enfim.

Com relação a indexação, as imagens não contemplam descrições precisas. Das imagens analisadas, nenhuma delas apresentou termos que se enquadrassem nas categorias, “Quando específico”, “Como genérico” e “Como específico”, e apenas duas apontavam para o “Quem/ O que específico”. Por isso, em razão da atribuição

de termos mais genéricos do que específicos, é possível afirmar que há uma considerável ausência de especificidade na indexação. Contudo, embora ela apresente uma quantidade limitada de descritores, não se pode afirmar que é seletiva. O que define uma indexação seletiva está além da quantidade reduzida de termos. Apesar de poucos, os descritores representados devem ser essenciais e suficientes para representar o conteúdo principal do documento em questão.

É importante frisar que o tipo de indexação e a forma como o resumo é elaborado dependerá da política de indexação inerente a cada instituição. Essa política é norteadada tanto pela missão institucional e a finalidade de seu acervo como pelo interesse informacional dos usuários. Ela também é responsável em manter a padronização e a qualidade da indexação.

Diante da amostra de imagens analisada, e em contraste com o que foi pontuado neste trabalho sobre a relevância da dimensão expressiva no tratamento temático imagético, foi observado uma certa economia relacionada à atribuição dos termos direcionados à dimensão expressiva. Por isso, é aconselhável que haja uma atenção aos detalhes relacionados a dimensão expressiva fotográfica, pois como foi ressaltado anteriormente, ela interfere diretamente na recuperação da informação, aumentando sua precisão.

Com relação ao instrumento utilizado para a análise, a grade de análise documentária de imagens fotográficas, proposta por Manini (2002), é inegável a contribuição que ela pode trazer ao acervo em questão. Por essa razão, propõe-se que os profissionais responsáveis pelo tratamento do acervo fotográfico do IBGE apropriem-se das categorias elencadas na grade documentária.

Embora a Biblioteca do IBGE ainda não faça uso de um software que permita a realização de um estudo de usuários, para a obtenção de um resultado mais autêntico, sugere-se, em um momento futuro, a realização de um estudo das buscas realizadas pelos usuários a fim de nortear os métodos de indexação que melhor se adequem ao perfil dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação de documentação. Rio de Janeiro, 2003.

BENJAMIM, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: **Obras Escolhidas**: magia e técnica, arte e política. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.167. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/1055201/mod_resource/content/1/Benjamin_Walter_Obras_escolhidas_1.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2016.

CAVALCANTI, Cordelia R. **Indexação e tesouro**: metodologia e técnicas. Brasília, DF: Associação de bibliotecários do Distrito Federal, 1978.

CHAUMIER, Jacques. **As técnicas documentais**. Mem Martins, Lisboa: Publicações Europa-América, 1971.

_____. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988.

CINTRA, Anna Mavia Marques. Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, Johanna W. (Coord.) **Análise documentária**: a análise da síntese. Brasília: IBICT, 1987. p. 27-33. Disponível em: <<http://amormino.com.br/livros/20140704-analise-documentaria.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

COLLISON, Robert L. **Índices e indexação**: guia para a indexação de livros de coleções de livros, periódicos, partituras musicais, discos, filmes e outros materiais... São Paulo: Polígono, 1971.

CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. **Informação e movimento**: uma ciência da arte fílmica. Rio de Janeiro: Madgráica, 2000.

CUNHA, Isabel M. R. Ferin. Análise documentária. In: SMIT, Johanna W. (Coord.) **Análise documentária**: a análise da síntese. Brasília: IBICT, 1987. p. 37-60. Disponível em: <<http://amormino.com.br/livros/20140704-analise-documentaria.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

CUNHA, Murilo B.; CAVALCANTI, Cordélia R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

FUJITA, M. S.; NARDI, M. I. A.; SANTOS, Silvana. A leitura em análise documentária. **Transinformação**, São Paulo, v. 10, n.3, p. 13-31, set./dez., 1998. Disponível em: <<http://www.josesales.com.br/arquivos/A%20leitura%20em%20an%C3%A1lise%20documentaria%20Fujita.pdf>>. Acesso em 11 out. 2016.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Ibersid**: revista de sistemas de información y documentación, Saragoça, Espanha,

v.3, p. 105-117, 2009. Disponível em:
<https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/353432/mod_resource/content/1/GUIMARAES.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. **Introdução às ciências e técnicas da informação e da documentação**. 2. ed. Brasília: IBICT, 1994.

IBGE. Biblioteca. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: set. 2016.

IBGE. Cidades@. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: set. 2016.

KOBASHI, Nair Yumiko. Análise documental e representação da informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v.2, n.2 p. 5-27, jul./dez. 1996. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/291885/mod_resource/content/1/Kobashi%20AD.pdf>. Acesso em: 3 out. 2016.

_____. Resumos documentários: uma proposta metodológica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 21, n.2, p. 201-210, jul./dez. 1997. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/_repositorio/2010/03/pdf_e24771249c_0008819.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.

LACERDA, Aline L. Os sentidos da imagem: fotografias em arquivos pessoais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1/2, p. 41-54, jan./dez. 1993. Disponível em: Acesso em: 13 set. 2016.

LANCASTER, F.W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2004.

LAYNE, Sara Shatford. Some issues in indexing of images. **Journal of the American Society for Information Science**, North Carolina, v. 45, n. 8, p. 583-588, 1994. Disponível em: Acesso em: 13 set. 2016.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996. Disponível em:
<<http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/CICRAD2011/M1%20Aulas/M1A3%20Aula/20619171-le-coadic-francois-a-ciencia-da-informacao.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

MANINI, Miriam Paula. A dimensão expressiva na indexação de documentos fotográficos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE IMAGENS, 1., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007. Disponível em: Acesso em: 12 set. 2016.

MANINI, Miriam Paula. **Análise documental de fotografias**: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. 2002. 226. f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: Acesso em: 12 set. 2016.

MANINI, Miriam Paula. Aspectos informacionais do tratamento de documentos fotográficos tradicionais e digitais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: PPGCI, 2009. Disponível em: Acesso em: 12 set. 2016.

MANINI, Miriam Paula. Conteúdo informacional + dimensão expressiva: a equação-chave na análise documentária de fotografias. In: JORNADA NACIONAL E INTERNACIONAL EM ANÁLISE DO DISCURSO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2011, São Carlos, SP. **Leitores de imagens...** São Carlos, SP: UFSCar, 2012. Disponível em: Acesso em: 12 set. 2016.

NAVES, M. M. L. Análise de assunto: concepções. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 215-226, jul./dez. 1996. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/_repositorio/2010/03/pdf_89759389ea_0008824.pdf>. Acesso em 11 out. 2016.

ORTEGA, Cristina Dotta. Surgimento e consolidação da indexação: subsídios para a compreensão da história da ciência da informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v.14, número especial, p. 59-79, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pci/v14nspe/a05v14nspe.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

PATO, Paulo Roberto Gomes; MANINI, Miriam Paula. Polissemia da imagem, indexação e recuperação da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: Acesso em: 12 set. 2016.

ROBREDO, Jaime; CUNHA, Murilo B. **Documentação de hoje e de amanhã**: uma abordagem informatizada da Biblioteconomia e dos sistemas de informação. São Paulo: Global, 1986.

SMIT, Johanna W. A análise da imagem: um primeiro plano. In: _____. **Análise documentária**: a análise da síntese. Brasília: IBICT, 1987. p. 27-33. Disponível em: < <http://amormino.com.br/livros/20140704-analise-documentaria.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

_____. A representação da imagem. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 28-36, jul./dez. 1996. Disponível em: <https://googleusercontent.com/search?q=cache:i_X3rhVvk3osJ:https://googlegroups.com/group/cbg2011/attach/70397aa11e9d6d62/smitv2n2%2520Indexa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520de%2520fotografias.pdf%3Fpart%3D5+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em out. 2016.

SOUSA, Brisa Pozzi. Representação Temática da Informação Documentária e sua Contextualização em Biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 132-146, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/249>>. Acesso em: 5 out. 2016.

VALE, Eunides A. do. Linguagens de indexação. In: SMIT, Johanna W. (Coord.) **Análise documentária**: a análise da síntese. Brasília: IBICT, 1987. p. 11-26. Disponível em: < <http://amormino.com.br/livros/20140704-analise-documentaria.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

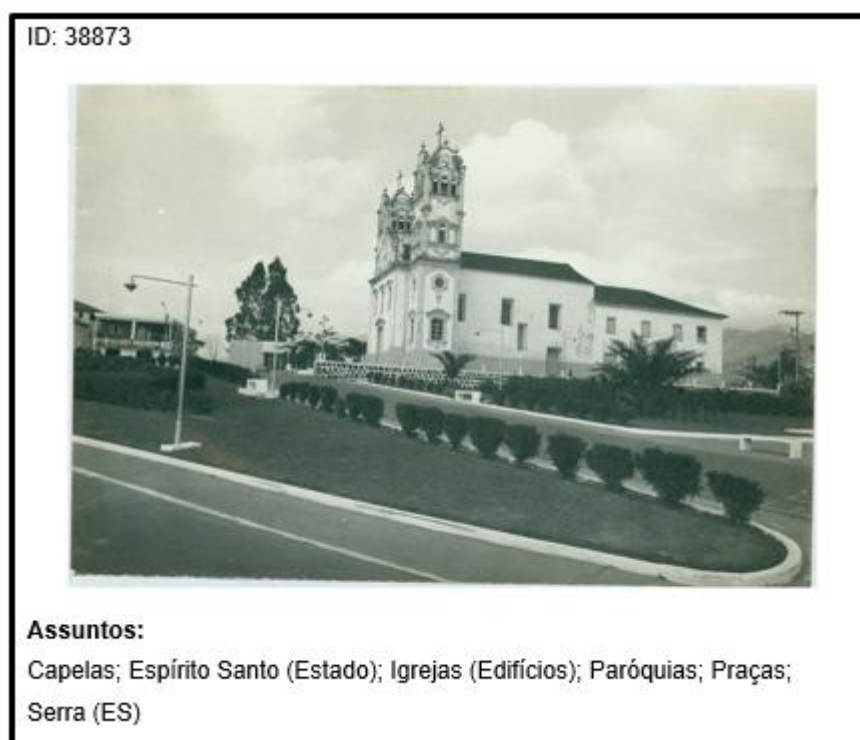
VARHAU, Viviane Gisele. **Análise e tematização da imagem fotográfica: a dimensão expressiva em fotografias da Casa da Memória de Curitiba**. 2014. 29. f. Monografia (especialização do curso de fotografia: processo e produção de imagens) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: < <http://tcconline.utp.br/media/tcc/2015/10/ANALISE-E-TEMATIZACAO-DA-IMAGEM-FOTOGRAFICA.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

WOLEDGE, G. Historical studies in documentation: 'bibliography' and 'documentation': words and ideas. **Journal of Documentation**, vol. 39, no. 4, dec., 1983, p. 266-279. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/eb026752>>. Acesso em: 24 out. 2016.

ZAHER, Celia Ribeiro. **Introdução à documentação**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: [s.n.], 1968.

APÊNDICE

APÊNDICE – Análise imagética baseada na grade de análise documentária de imagens fotográficas.



	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva
	DE	SOBRE	
Categoria	Genérico	Específico	
Quem/O que	Capelas; Igrejas; Paróquias; Praças		
Onde	Espírito Santo	Serra	
Quando			
Como			

ID: 39235

**Assuntos:**

Espírito Santo (Estado); Literatura;
Sociedades, etc; Vila Velha (ES)

	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva
	DE	SOBRE	
Categoria	Genérico	Específico	Literatura; Sociedades
Quem/O que			
Onde	Espírito Santo	Vila Velha	
Quando			
Como			

ID: 39423

**Assuntos:**

Bibliotecas; Bibliotecas públicas; Edifícios públicos; São Paulo (Estado); São Paulo (SP)

Categoria	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva
	DE	SOBRE	
	Genérico	Específico	
Quem/O que	Bibliotecas; Bibliotecas públicas; Edifícios públicos		
Onde	São Paulo (Estado)	São Paulo (SP)	
Quando			
Como			

ID: 39433

**Assuntos:**

São Paulo (Estado); São Paulo (SP); Universidades e faculdades

	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva
	DE	SOBRE	
Categoria	Genérico	Específico	
Quem/O que	Universidades e faculdades		
Onde	São Paulo (Estado)	São Paulo (RJ)	
Quando			
Como			

ID: 39454

**Assuntos:**

Bibliotecas; Bibliotecas públicas; Cervantes Saavedra, Miguel de, 1547-1616; Estátuas; Monumentos; Praças; São Paulo (Estado); São Paulo (SP)

	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva
	DE	SOBRE	
Categoria	Genérico	Específico	
Quem/O que	Bibliotecas; Bibliotecas públicas; Estátuas; Monumentos; Praças	Cervantes Saavedra, Miguel de, 1547-1616	
Onde	São Paulo (Estado)	São Paulo (SP)	
Quando			
Como			

ID: 39642

**Assuntos:**

Bibliotecas (Edifícios); Bibliotecas públicas;
Edifícios públicos; Rio de Janeiro (Estado); Rio
de Janeiro (RJ)

	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva
	DE	SOBRE	
Categoria	Genérico	Específico	
Quem/O que	Bibliotecas; Bibliotecas públicas; Edifícios públicos;		
Onde	Rio de Janeiro (Estado)	Rio de Janeiro (RJ)	
Quando			
Como			

ID: 40079

**Assuntos:**

Academia Brasileira de Letras; Literatura; Rio de Janeiro (RJ); Sociedades, etc

	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva
	DE		
Categoria	Genérico	Específico	Literatura; Sociedades
Quem/O que		Academia Brasileira de Letras	
Onde		Rio de Janeiro (RJ)	
Quando			
Como			

ID: 40084

**Assuntos:**

Rio de Janeiro (Estado); Rio de Janeiro (RJ); Teatros

	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva
	DE	SOBRE	
Categoria	Genérico	Específico	
Quem/O que	Teatros		
Onde	Rio de Janeiro (Estado)	Rio de Janeiro (RJ)	
Quando			
Como			

ID: 40244

**Assuntos:**

Monumentos; Rio de Janeiro (Estado); Rio de Janeiro (RJ)

	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva
	DE	SOBRE	
Categoria	Genérico	Específico	
Quem/O que	Monumentos		
Onde	Rio de Janeiro (Estado)	Rio de Janeiro (RJ)	
Quando			
Como			

ID: 42319

**Assuntos:**

Edifícios públicos; Espírito Santo (Estado); Marcos históricos;
Monumentos; Prefeituras; Vitória (ES)

	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva
	DE	SOBRE	
Categoria	Genérico	Específico	Marcos históricos
Quem/O que	Edifícios públicos; Monumentos; Prefeituras		
Onde	Espírito Santo	Vitória	
Quando			
Como			

ID: 42320

**Assuntos:**

Câmaras municipais; Edifícios públicos; Espírito Santo (Estado);
Vitória (ES)

	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva
	DE	SOBRE	
Categoria	Genérico	Específico	
Quem/O que	Edifícios públicos; Câmaras Municipais		
Onde	Espírito Santo	Vitória	
Quando			
Como			

ID: 42777

**Assuntos:**

Belo Horizonte (MG); Minas Gerais;
Universidades e faculdades

Conteúdo informacional			Dimensão Expressiva
DE		SOBRE	
Categoria	Genérico	Específico	
Quem/O que	Universidades e faculdades		
Onde	Minas Gerais	Belo Horizonte	
Quando			
Como			

ID: 42819

**Assuntos:**

Belo Horizonte (MG); Estádios; Igrejas (Edifícios);
Lagos; Minas Gerais

	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva
	DE	SOBRE	
Categoria	Genérico	Específico	
Quem/O que	Estádios; Igrejas; Lagos		
Onde	Minas Gerais	Belo Horizonte	
Quando			
Como			

ID: 42824

**Assuntos:**

Belo Horizonte (MG); Edifícios históricos; Edifícios públicos; Estátuas; Habitações;
Minas Gerais; Prefeituras

Categoria	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva	
	DE			SOBRE
	Genérico	Específico		Habitações
Quem/O que	Edifícios históricos; Edifícios públicos; Estátuas; Prefeituras			
Onde	Minas Gerais	Belo Horizonte		
Quando				
Como				

ID: 42843

**Assuntos:**

Belo Horizonte (MG); Igrejas (Edifícios); Minas Gerais

	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva
	DE	SOBRE	
Categoria	Genérico	Específico	
Quem/O que	Igrejas		
Onde	Minas Gerais	Belo Horizonte	
Quando			
Como			

ID: 45379

**Assuntos:**

Bibliotecas (Edifícios); Bibliotecas públicas; Edifícios públicos; Juiz de Fora (MG); Minas Gerais; Parques; Parques urbanos

Categoria	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva	
	DE			SOBRE
	Genérico	Específico		
Quem/O que	Bibliotecas; Bibliotecas públicas; Edifícios públicos; Parques; Parques urbanos			
Onde	Minas Gerais	Juiz de Fora		
Quando				
Como				

ID: 46436

**Assuntos:**

Câmaras municipais; Edifícios públicos; Mogi das Cruzes (SP); São Paulo (Estado); Teatros

Categoria	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva	
	DE			SOBRE
	Genérico	Específico		
Quem/O que	Câmaras municipais; Edifícios públicos; Teatros			
Onde	São Paulo	Mogi das Cruzes		
Quando				
Como				

ID: 46717

**Assuntos:**

Cidades e vilas; Edifícios escolares; Escolas; Habitações;
 Limeira (SP); São Paulo (Estado); Vistas aéreas; Vistas
 panorâmicas

Categoria	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva
	DE	SOBRE	
	Genérico	Específico	Vistas aéreas; Vistas panorâmicas
Quem/O que	Assuntos: Cidades e vilas; Edifícios escolares; Escolas		
Onde	São Paulo	Limeira	
Quando			
Como			

ID: 46927

**Assuntos:**

Coronel Fabriciano (MG); Edifícios hospitalares; Hospitais; Minas Gerais

	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva
	DE	SOBRE	
Categoria	Genérico	Específico	
Quem/O que	Edifícios hospitalares; Hospitais		
Onde	Minas Gerais	Coronel Fabriciano	
Quando			
Como			

ID: 47207

**Assuntos:**

Araras (SP); Capelas; Cidades e vilas; Habitações; Igrejas (Edifícios); Paróquias; Praças; São Paulo (Estado); Vistas aéreas; Vistas panorâmicas

Categoria	Conteúdo informacional		Dimensão Expressiva
	DE	SOBRE	
	Genérico	Específico	Vistas aéreas; Vistas panorâmicas
Quem/O que	Capelas; Cidades e vilas; Igrejas; Paróquias; Praças		
Onde	São Paulo	Araras	
Quando			
Como			